

FERNANDA LEITE MENDES

O MITO DA PROTETIVIDADE NO DIREITO DO TRABALHO: A
ATUAÇÃO DAS PRÁTICAS NEOLIBERAIS NAS RELAÇÕES
LABORAIS.

CURITIBA
2007

FERNANDA LEITE MENDES

O MITO DA PROTETIVIDADE NO DIREITO DO TRABALHO: A
ATUAÇÃO DAS PRÁTICAS NEOLIBERAIS NAS RELAÇÕES
LABORAIS.

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de mestre, curso de Pós-graduação em Direito, área de concentração em 'Direito das Relações Sociais', Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná'.

Orientador: Wilson Ramos Filho.

CURITIBA
2007

AGRADECIMENTOS

Primeiramente à minha família
pelo carinho e apoio prestados;

Ao Doutor Wilson Ramos Filho,
sempre muito atencioso e paciente,
grata aos seus ensinamentos;

Aos amigos pela compreensão.

TERMO DE APROVAÇÃO

Fernanda Leite Mendes

O Mito da Protetividade no Direito do Trabalho: A Atuação das Práticas Neoliberais nas Relações Laborais.

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre.
Curso de Pós-Graduação em Direito, Setor de Ciências Jurídicas e Sociais,
Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná, avaliada pela
seguinte banca:

Professor Orientador: Doutor Wilson Ramos Filho
Professor Doutor Sérgio Ferraz de Lima
Professor Doutor Célio Horst Waldruff

Curitiba, 09 de Março de 2007.

RESUMO

Passando por um breve relato sobre a situação econômica e social do início do Séc. XX e as conseqüências que geraram na política nacional e na criação do direito do trabalho brasileiro, busca-se uma melhor compreensão das questões atuais, como a o neoliberalismo e as conseqüências que tais fatores vêm gerando nas relações de trabalho.

Pretende-se, pois, elaborar um trabalho crítico, não abrangendo os pontos pacíficos do direito do trabalho e sim as atualidades e os questionamentos que ocorrem diariamente na prática dos operadores do direito. O entendimento sociológico que envolve todo o desenvolver do direito trabalhista é ponto central da pesquisa, para que então seja possível pensar o direito do trabalho não como um conjunto de normas que tendem a flexibilizar-se e sim como um conjunto de preceitos normativos, princípios jurídicos submersos a interesses opoentes e a um constante conflito de classes.

Neste liame que se tem por objetivo demonstrar argumentos que esclareçam a existência de mitos que permeiam o direito do trabalho desde sua criação.

ABSTRACT

Passing through a brief story of the economic and social situation of the beginning of XX Century and the consequences that had generated in the national politics and the creation of the Brazilian labor law. It searches a better understanding of the current questions, as to the neoliberalism and the consequences that such factors come generates in the labor relationships. It is intended, therefore, to elaborate a critical work, not enclosing the pacific points of the labor law but actual statements and the questionings that occur daily in the practice of law. The sociological agreement that involves the developing of all the labor law is the central point of the research, for that then it is possible to think the labor law not as a set of norms that tend to make themselves flexible, but a set of normative rules, legal principles attached to opposing interests and to one constant conflict of classes.

In this way we have for objective to demonstrate arguments that clarify the existence of myth that exist in the labor law since its creation.

PALAVRAS-CHAVE

Neoliberalismo

Flexibilização

Neoliberalismo

SUMÁRIO

RESUMO.....	05
ABSTRACT.....	06
PALAVRAS-CHAVE.....	07
INTRODUÇÃO.....	10
CAPÍTULO I – DA SUBMISSÃO AO EMBATE DE INTERESSES.....	18
1.1- A Política Mundial no Início do Século XX.....	18
1.2- O Governo Populista de Getúlio Vargas e o surgimento do Direito do Trabalho no Brasil.....	24
CAPÍTULO II – O CARÁTER PROTETIVO DA LEGISLAÇÃO TRABALHISTA.....	30
2.1 – O Conceito de Protetividade na Relação de Trabalho: A Ambivalência Histórica e Sociológica.....	30
2.2 – O Princípio Tutelar e suas Limitações na Atualidade.....	43

CAPÍTULO III – A PREVALÊNCIA DO NEGOCIADO SOBRE O LEGISLADO.....	55
3.1 – A Sobreposição do Negociado ao Legislativo sob a Ótica Constitucional.....	55
CAPÍTULO IV – A CONSTRUÇÃO DA HEGEMONIA NEOLIBERAL NO BRASIL E AS PROPOSTAS DE FLEXIBILIZAÇÃO.....	67
4.1 – Marco Teórico: As Categorias de Antônio Gramsci.....	68
4.2 – A (Re) Democratização do Brasil e a Hegemonia Neoliberal.....	78
CAPÍTULO V – A Emenda Constitucional nº 45/2004 e a Protetividade no Direito do Trabalho.....	99
CONCLUSÃO.....	115
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	120

INTRODUÇÃO

Inserem-se no campo da presente investigação alguns fundamentos do Direito do Trabalho e das relações laborais, avaliando e dando enfoque a princípios que permeiam o mesmo, como o princípio da protetividade.

Da mesma forma, busca-se o conseqüente desmantelamento de verdadeiros mitos e conceitos atribuídos de forma errônea à prática Trabalhista, envolvendo assim, o contexto político–jurídico-social em que o Direito do Trabalho está inserido.

Importante mencionar o referido contexto, o que possibilita uma visão crítica do amadurecimento do Direito Trabalhista, assim como suas conseqüências sociológicas.

A desmitificação do Direito do Trabalho como ordenamento jurídico rígido e exclusivamente de caráter protetivo é de suma importância, principalmente na fase pela qual passamos, em que se discute muito a globalização, a formação de blocos econômicos e a verdadeira tensão entre os defensores do modelo de Estado Neoliberal e aqueles que defendem o modelo de Estado Social.

Logo, verifica-se a extrema relevância do estudo e da demonstração do Direito do Trabalho não só como um pacificador das relações trabalhistas, mas também objetivando a visualização de seu caráter mantenedor da predominância do capital.

Desde os primórdios da história, as relações de trabalho foram marcadas por conturbados embates de interesses de classes sociais antagônicas.

O desenvolvimento da história das relações de trabalho, desde a escravidão no Antigo Oriente até o advento das políticas neoliberais atuando nos Estados Sociais, demonstram a real função política e social do Direito do Trabalho, inclusive no que tange a hipossuficiência existente na relação entre o capital e a massa trabalhadora.

Recai-se então na questão da igualdade formal e igualdade material, questão esta que permeia todo o sistema jurídico. Ainda que no decorrer da história já se tenha adotado a igualdade formal, devido aos ideários liberais do século XVIII, atualmente têm-se visto esforços no sentido de eliminar a evidente desigualdade que geram as políticas Neoliberais e que torna a relação de trabalho uma verdadeira relação de sujeição social e jurídica, onde a liberdade e o individualismo são utilizados como oposição à solidariedade social¹.

¹ Eduardo Milléo Baracat afirma que haveria observância do princípio da igualdade material se a desigualdade existente entre empregado e empregador fosse compensada com a impossibilidade, ou restrições, da dispensa sem motivação. In: **A Boa-Fé no Direito Individual do Trabalho**. São Paulo: LTR, 2003. p. 100 e seguintes.

Verificam-se assim, muitas reivindicações e grandes lutas dos trabalhadores para a obtenção e conquista dos direitos trabalhistas. É relevante a observação dos acontecimentos nacionais, ou seja, em quais circunstâncias e em que meio e momento político deu-se a conquista da Consolidação das Leis do Trabalho. Isto porque a CLT foi elaborada em meio a um governo de caráter populista², dirigido por Getúlio Vargas, mas que também buscava atender aos interesses da burguesia, classe dominante em tal momento histórico. Portanto, queda-se mais transparente a negação aos mitos que envolvem o direito do trabalho, principalmente porque se pretende demonstrar que tal conquista dos trabalhadores foi também o resultado de uma reação natural da classe dominante como tática de sobrevivência para o modelo capitalista de produção.

Atualmente têm-se discutido sobre o princípio tutelar, que seria um dos pilares do direito do trabalho. Ocorre que conforme se desenvolve a humanidade e conjuntamente suas relações sociais, tal princípio tem sido cada vez mais mitigado, ou seja, o contrato de trabalho, que como veremos não é constituído de uma relação igualitária, deve ser regulado de forma a proporcionar uma proteção jurídica ao trabalhador, tutelando sim os direitos do trabalhador que se encontra numa situação econômico-financeira e inclusive social inferior ao empregador. Em contra-partida à evidente necessidade de

2 Necessário ressaltar que o entendimento do governo de Getúlio Vargas como sendo populista, não se faz de forma pejorativa, pois Getúlio não o construiu de forma leviana e sim visando com atenção a precariedade das relações sociais existentes no Brasil. Sobretudo ao se constatar as políticas com reflexo social elaboradas em seu governo, as quais não se caracterizam como medidas paliativas com finalidade meramente populista. Tais ações – como a criação da CLT – demonstram sua real preocupação com a melhoria de condições sociais, bem como com o crescimento e estabilização econômica nacional.

proteção jurídica ao trabalhador, visto que hipossuficiente na relação ora discutida, vem o poder que o empregador tem em controlar o trabalho, em outras palavras, o “jus variandi” do empregador.

Sabe-se que o “jus variandi” tem vasta aplicabilidade no direito do trabalho, outrossim, que se encontra regulamentado, logo, totalmente legal como um direito do empregador.

A questão é definir-se até que ponto o “jus variandi” pode ser aceito, até que ponto o empregador está no seu direito e não tão somente invadindo e vetando a esfera de direitos do trabalhador, utilizando subterfúgios encontrados na legislação trabalhista brasileira, a qual mostra-se em disparidade com a atual realidade das relações de trabalho. Conforme afirma Ricardo Marcelo Fonseca, o que de fato ocorreu é que a subordinação do trabalhador pré-existia à regulamentação do contrato de trabalho, e o direito positivo, confrontando-se com uma situação de subordinação já existente, traçou os limites formais para definir até onde essa subordinação poderia ser exercida lícitamente (e denominou-se a subordinação jurídica)³.

Assim, com a tendência neoliberal, com a flexibilização dos direitos do trabalho e a conseqüente precarização por ela gerada, o “jus variandi” pode ser alvo de reflexos de tais fatores, de modo a elastecer-se a ponto de ser mais um instrumento mitigador do princípio protetivo. Neste mesmo patamar insere-se o poder punitivo do empregador, que se torna muito mais que um simples regulador das

³ Fonseca, Ricardo Marcelo. Modernidade e Contrato de Trabalho: Do Sujeito de Direito à Sujeição Jurídica. São Paulo: LTR, 2002. p.138.

relações de trabalho, mas sim um poderoso instrumento de sujeição em que o trabalhador vê-se aprisionado, principalmente quando tal poder é utilizado de forma exacerbada e contra-dizente ao mero dever disciplinar a que deve se submeter o empregado.

Não obstante, devemos discutir o poder punitivo do empregador, seus benefícios e malefícios na relação de trabalho, tendo em vista que ele pode configurar um meio de submissão como já anteriormente mencionado. Embora o poder punitivo por vezes seja de grande importância para a manutenção e harmonia da relação empregatícia, o poder de aplicação privada de punições não é algo inatacável, que não pertence a ninguém e afeta a todos, é a revelação da desigualdade existente no contrato de trabalho, onde um dos contratantes vê-se na obrigação de submeter-se a imposições determinadas pelo outro pólo da relação contratual. Traduz-se como conduta que agride a liberdade e a dignidade mínimas da pessoa natural que trabalha procurando o sustento seu e da sua família⁴.

Assim, quando avaliadas algumas questões de ordem prática, onde fica mais concreta e transparente a visualização de tal ambivalência, ou seja, legislação e jurisprudências que demonstram o direito do trabalho não como instrumento meramente de caráter protetivo e sim, um direito do trabalho como um embate de interesses, onde nem sempre o trabalhador é devidamente coberto pela proteção jurídica necessária.

Outra questão que se pretende abordar no desenvolvimento da pesquisa, e que é de suma importância para a atualidade no direito do

⁴ Coutinho, Aldacy Rachid. Poder Punitivo Trabalhista. São Paulo: LTr, 1999, p.203.

trabalho é a discussão acerca da prevalência do negociado sobre o legislado. Mais uma vez a hipossuficiência do trabalhador é simplesmente ignorada de forma a expor a Consolidação das Leis do Trabalho como um conjunto normativo secundário. E nesse âmbito, deve-se analisar a constitucionalidade da possibilidade de sobreposição do negociado sobre o legislado, bem como o limite ao qual deve ser imposta a liberdade de negociação, levando-se em consideração o dever de se preservar os direitos que foram conquistados com muitos empecilhos e dificuldades acima de qualquer interesse patronal com mero intuito de obter maior “mais valia” com o trabalho a ele disponibilizado.

A imposição do Acordo Coletivo de Trabalho sobre a Convenção Coletiva de Trabalho é tema que se quer apresentar devido à verdadeira desconsideração a tal disposição normativa aliada ao princípio da norma mais benéfica ao operário, as quais têm sido simplesmente ignoradas na prática por alguns operadores do direito.

Nesse liame, justo que se faça considerações sobre o caráter prejudicial ao trabalhador frente a negociações que quase tudo podem. Isto devido à flexibilização das normas trabalhistas que acabam por deturpar o intuito de adequação de seu conteúdo mediante a realidade fática das relações empregatícias. Tais alternativas conciliatórias visam alcançar e resolver, da melhor maneira possível, as situações de conflito e não a mitigação de direitos trabalhistas sob o mote do negociado sobre o legislado.

Após tais reflexões poderemos então partir para a análise das propostas de flexibilização dos direitos trabalhistas. Desta forma,

necessário se faz entender o modelo neoliberal, modelo este que se baseia nos ideários liberais e que põe o capital e cumprimento de metas econômicas acima de qualquer proteção jurídica, onde o importante é ganhar terreno na competição econômica internacional, visando uma baixa proteção social, a isenção fiscal, um expressivo mercado consumidor e a precarização do trabalho e meios de produção⁵.

Diante da flexibilização dos direitos trabalhistas que acabam por extirpar direitos e garantias já pacificadas, como protesta Aldacy Rachid Coutinho ao anotar que se flexibilizam direitos dos trabalhadores, para dar maior amplitude à negociação com os empresários, mas nada se menciona a respeito do poder do empregador, que é mantido intacto, como um dogma⁶.

Importante analisar a atual pretensão de reforma trabalhista. Queda explícita a necessidade de efetivas alterações no modelo vigente, para que o mesmo torne-se mais rígido, atual e que atenda aos interesses de ambas as partes. Ocorre que a tendência é o retalhamento de direitos já conquistados, ou seja, a protetividade no Direito do Trabalho, tida sempre como um dogma, mostra-se bem mais frágil e maleável do que até hoje se afirma. Logo, vê-se claramente que a

⁵ Mattos, Vivianne Rodriguez. O Trabalho na era da Globalização: passos para a escravidão. Jus Navegandi, n.226, 19 fev.2004. Disponível em: <http://www1.jus.com.br/doutrina/texto.asp?id=4845>.

⁶ Ibid, p. 202.

ambivalência do direito acaba por viabilizar a precarização da proteção dos direitos dos trabalhadores⁷.

Desta forma, caso haja a reforma trabalhista, esta deve ser elaborada de forma crítica, coesa e consciente da necessidade de proteção jurídica ao trabalhador.

⁷ Relevante também neste contexto, o panorama mundial em que se encontra esta ‘onda neoliberal’, que prevê a flexibilização dos direitos trabalhistas, outrossim, a análise dos resultados obtidos em outros países, que demonstram que a referida flexibilização não tem o condão de geração de mais empregos e tampouco de estabilidade social. Bem coloca Dallegrave Neto ao afirmar que o que se vê hoje é a lei de mercado como um sistema autopoietico cujo único horizonte é a reprodução do capital, sem qualquer espaço para um diálogo com a ética. _ Dallegrave Neto, José Afonso. Inovações na Legislação Trabalhista: Aplicação e Análise Crítica. São Paulo: LTr, 2000, p.43.

CAPÍTULO I

DA SUBMISSÃO AO EMBATE DE INTERESSES

1.1 A Política Mundial no Início do Século XX.

A década de 30 foi marcada mundialmente pela ascensão dos movimentos sociais, pois veio de um rompimento com os ideários liberais que originaram o capitalismo.

As reivindicações operárias surgiram à base que a exploração da mão de obra, baseada nos ideários liberais (deixe fazer, deixe passar), tornaram as condições laborais extremamente precárias, tendo em vista que a livre iniciativa e livre concorrência permitiram o exercício degradante da classe trabalhadora que não possuía qualquer respaldo jurídico que garantisse sua proteção.

Ressalta-se que o mundo ainda sentia os efeitos da primeira grande guerra mundial (1914-1918) e da Revolução Bolchevique ocorrida em meados de 1917.

Atrelados a isso, os embates originados pelas reivindicações operárias, constituíram ponto crucial para a implementação de uma constitucionalização ainda inédita de direitos sociais que ocorreu no México em 1917 e na Alemanha em 1919.

Nota-se que as legislações garantidoras de direitos sociais objetivavam também o fortalecimento e a garantia de que o modelo capitalista permanecesse vigente. Ou seja, a implementação do estado social-liberal serviu também como um meio de pacificação e reprodução da mão de obra necessária para manter a capacidade de produção, bem como meio de circulação da economia.

Ocorre que a alteração do estado liberal para o estado social-liberal - este com certa preocupação social -, não supriu a crise social existente na época, pois ainda se mantém grande centralização de riquezas, exploração da mão de obra operária e desigualdade social, o que faz que as idéias socialistas ainda tenham força.

A crise econômica desencadeada a partir de 1929, movida pela quebra da Bolsa de Valores de Nova York⁸ - a qual foi um reflexo da depressão que vinha se figurando - reflete a mais abrangente crise do capitalismo liberal.

No período entre guerras (1919-1939), a economia procurou encontrar caminhos para sua recuperação. A partir do liberalismo de estado vigente desde meados de 1921, que garantia a política liberal

⁸ Com a quebra da bolsa de valores, os Estados Unidos da América, viram-se numa grande recessão, o que causou o aumento do desemprego em cerca de 3% para 25%. A renda nacional caiu à metade, as construções imobiliárias pararam. Muitos perderam suas casas e seus negócios. A quebra da Bolsa de Valores em 1929, com os corretores pulando para a morte, tornou-se simultaneamente o símbolo e a causa do declínio econômico posterior. Os exuberantes anos vinte perderam o ímpeto, deixando a renda de 1933 mais baixa do que a de 1922. Os trabalhadores engalinhavam-se pelos poucos empregados disponíveis. BUCHHOLZ, Todd G. *Novas Idéias de Economistas Mortos: O moderno pensamento econômico*. São Paulo: Tama, 1989. p. 218.

Importante mencionar que a luta interna nos Estados Unidos da América contra a crise, foi presidida por Franklin Delano Roosevelt, que pôs em prática o plano “*New Deal*”, o qual tinha por metas: controle da produção, política salarial, empregos públicos, sistema de previdência social, exportação, controle de energia, garantia aos investidores, entre outras.

não-intervencionista do mesmo, fazia com que as leis antitrustes perdessem o efeito.

Perante a prática de tal política, grandes empresas industriais e bancárias, tomaram conta do cenário econômico, deixando a economia nas mãos do capital privado, ausente de regulamentação e, sobretudo, desprovido de qualquer preocupação com questões sociais na relação de trabalho.

A crise espalhou-se rapidamente pelo mundo. Os Estados Unidos da América eram os maiores credores dos países europeus e latinos e passaram a exercer forte pressão no sentido de receber seus pagamentos.

Devido à quebra industrial, o mercado latino foi prejudicado com a escassez de produtos, o que repercutiu na elevação dos preços. A América Latina sentiu em sua economia o reflexo da crise norte-americana devido ao corte de exportações realizadas, trazendo déficit na economia de tais países, como o Brasil.

Nesse liame é que se acentuam os conflitos sociais na busca de melhores condições, tornando necessárias melhorias nas condições de trabalho.

Outro fator que fez com que houvesse mudanças no estado capitalista e a conseqüente implementação do estado de bem estar social foi ascensão das idéias socialistas, que conflitavam com o caráter conservador e liberal da política até então aplicada; as quais ganharam força com o advento da Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Assim, o ocidente vê a implementação do estado de bem estar social como meio de combater o estado ultra-nacionalistas.

O estado de bem estar social, caracteriza-se pelo assistencialismo básico, ou seja, um estado provedor de condições mínimas, de responsabilidades sociais como a previdência, a habitação, a assistência social, a prestação de serviços essenciais - como a saúde e a educação - e participação empreendedora nas áreas atividades econômicas⁹.

O processo de constitucionalização ocorrido no México e na Alemanha foi reflexo da Revolução Industrial que teve início na Inglaterra do século XVIII, mas que acabou por produzir efeitos em âmbito mundial. Tal abrangência deu-se devido a conseqüente alteração do mercado de trabalho - que até então era principalmente agrário.

A aplicação da política liberal, que atendia aos interesses da classe detentora de capital e dos meios de produção, acarretou a conversão do mercado de trabalho agrícola para o mercado industrial e urbano. Frente a essa realidade é que o ideário socialista ganha força, sobretudo devido às precárias condições de trabalho e à ausência de política social, ou seja, as legislações dispostas sob o modelo clássico não atendiam as novas necessidades. Desta forma, a Constituição do México (1917) e de Weimar (1919) são estudadas como marcos da constitucionalização social.

⁹ Sobre o assunto ver: SANDRONI, Paulo (org.). *Novo Dicionário de Economia*. São Paulo: Best Seller, 1994. p. 127 e ss.

A Revolução Mexicana gerou a Constituição de 1917¹⁰ e tinha fortes bases rural, camponesa e indígena. Portanto não havia ideologia política totalmente definida. Seu líder de maior destaque foi Emiliano Zapata, que sempre lutou sob a bandeira de oposição popular, e efetivamente era um líder popular da região sul do México; pertencia à cultura indígena guerreira e formou um exército de cerca de 15.000 homens, sempre visando a obtenção de garantias de direitos de caráter social.

Outro marco de constitucionalização dos direitos sociais, e a conseqüente melhoria da precária situação em que se encontravam as relações de trabalho, é a Constituição Alemã de 1919. A Alemanha havia saído a pouco da Primeira Guerra Mundial e estava em processo de reconstrução e é nesse contexto conflituoso e inconstante politicamente que se insere a Constituição de Weimar.

Frente aos acontecimentos expostos, aos ideários diversos que existiam e às transformações ocorridas na sociedade, pode-se afirmar que o estado social é um estado de fundo (ainda que um tanto restrito) socialista, pois afirma direitos e políticas de claro embasamento social; como os êxitos obtidos pela classe trabalhadora. Porém, isto não representa ruptura, o estado social permaneceu sendo capitalista de caráter ambivalente, que também visava a manutenção do modelo capitalista praticado nos países que adotaram a nova forma de estado.

¹⁰ Importante ressaltar o caráter extremamente social que teve a conquista da Constituição Mexicana, pois o que determinou a implementação de proteção dos direitos sociais foi a realidade social bastante precária aclamada na Revolução Mexicana. Sendo assim, não há como dissociar a constitucionalização à Revolução que a precede. FIX-ZAMUDIO, Héctor/ CARMONA, Salvador Valencia. Derecho Constitucional Mexicano y Comparado. 2ª ed., México, 2001. Na mesma linha, ver: BUEN, Néstor de. Derecho del Trabajo, vol.I, México, 1977.

Portanto, o modelo de estado social de certa forma atuou como um apaziguador, segurando o avanço do ideário socialista.

Essas Constituições irão orientar legislações especializadas em direitos trabalhistas, em diversos países, a exemplo da consolidação de leis esparsas no Brasil, em 1942; como se verá no capítulo seguinte.

A Constituição, no âmbito do Estado Social, portanto, caracteriza um contrato político legítimo, com amplo respaldo popular, ainda que tenha origem de caráter liberal.

As condições políticas e sociais do início do século XX são muito relevantes para a compreensão das idéias que permeavam as relações e que conduziam os acontecimentos sociais daquela época. O ideário dominante e os embates sociais mencionados neste capítulo revelam a tendência precursora que deu início ao processo de constitucionalização e de maior atenção aos direitos sociais e aos anseios populares que influenciaram os rumos da política nacional.

Neste sentido, pode-se partir para o estudo do processo de aplicação de políticas sociais no Brasil, motivado principalmente pelas manifestações da classe trabalhadora e pelas reivindicações populares visando obter melhores condições sócio-econômicas. Abre-se caminho para a análise dos acontecimentos nacionais ocorridos no mesmo lapso temporal, permitindo o entendimento do êxito do Governo Vargas. Tal período foi marcado pela influência ideológica externa, foi caracterizado pela política populista e foi identificado como marco na história legislativa brasileira ao compilar leis e

inaugurar o direito do trabalho no Brasil, como veremos no próximo item.

1.2 O Governo Populista de Getúlio Vargas e o surgimento do Direito do Trabalho no Brasil.

No cenário nacional a conquista dos direitos trabalhistas deu-se por via de lutas sociais.

Após uma abolição da escravatura lenta e tardia, os trabalhadores brasileiros viram-se totalmente sem qualquer respaldo ou proteção do direito nas suas relações de trabalho. Getúlio Vargas, que assumira um governo de política explicitamente populista, visava não apenas “cair nas graças” do povo, como também, sabia que lhe era de grande relevância atender a classe dominante, para que então tivesse liberdade e apoio para exercer suas medidas sociais e políticas, almejando o crescimento e o maior fortalecimento e independência econômicos do Brasil.

Sem dúvida Getúlio Vargas é uma figura muito importante na história da política nacional, principalmente quando se fala em direitos trabalhistas. Seu pai, o general Manoel do Nascimento Vargas - que em 1884 já liderava o clube republicano de São Borja, do Partido Republicano Riograndense – foi o maior líder da campanha abolicionista. O general Vargas libertara todos os seus escravos, não

em troca do dinheiro da alforria, mas sem qualquer compensação ou indenização, como preconizava o Partido¹¹.

A campanha abolicionista tem vínculos fortíssimos com o trabalhismo brasileiro. Desta forma, o grande idealizador da Consolidação das Leis do Trabalho, que foi Getúlio Vargas, mediante sua criação familiar e política formou-se defensor pela busca de um modelo social. Ao verificar a mensagem na qual Getúlio Vargas expõe sua opinião à assembléia Nacional Constituinte em novembro de 1933, a Revolução de 30 tinha de iniciar o resgate de duas dívidas sociais, que a República herdara do Império e este do Brasil-Colônia: a educação e o trabalho¹².

Getúlio Vargas tinha razão, a questão trabalhista no Brasil ainda era um campo totalmente abandonado, onde os trabalhadores encontravam-se completamente desamparados.

Getúlio foi presidente do Rio Grande do Sul em 1928 e realizou um governo de pacificação. Foi neste governo que Getúlio consagrou a idéia de associativismo então existente e o nomeou de sindicato.

Na campanha política, do ano de 1930, Getúlio Vargas profere em comício as seguintes palavras:

¹¹ No segundo congresso do Partido Republicano Riograndense, em 1884 (...) tomou-se posição firme e radical pelo abolicionismo, abandonando a linha de contemporização com o conservadorismo escravagista do Partido de São Paulo, formalizado por um documento chamado de “Bases do Programa dos Candidatos Republicanos, redigido por Júlio Castilhos e Demétrio Ribeiro, sendo aprovado pelo Congresso. RIBEIRO, José Augusto. A Era Vargas (1882 a 1950). Rio de Janeiro, Ed. Casa Jorge, Vol.1, p.25.

¹² RIBEIRO, José Augusto. A Era Vargas (1882 a 1950). Rio de Janeiro, Ed. Casa Jorge, Vol.1, p. 89.

“ Não se pode negar a existência da questão social no Brasil, como um dos problemas que terão de ser encarados com seriedade pelos poderes públicos. O pouco que possuímos em matéria de legislação social não é aplicado ou só o é em parte mínima, esporadicamente, apesar dos compromissos que assumimos a respeito, como signatários do Tratado de Versalhes. (...) Se o nosso protecionismo favorece os industriais, em proveito da fortuna privada, corre-nos também o dever de acudir ao proletário com medidas que lhe assegurem relativo conforto e estabilidade e o amparem tanto nas doenças como na velhice. (...) Tanto o proletariado urbano como o rural necessitam de dispositivos tutelares, aplicáveis a ambos, ressalvadas as respectivas peculiaridades. Tais medidas devem compreender a instrução, educação, higiene, alimentação, habitação; a proteção às mulheres, às crianças, à invalidez e à velhice; o crédito, o trabalho e até o recreio, como os desportos e a cultura artística.”

Ressalta-se que em tais eleições, realizada em 1º de Março de 1930, Getúlio saiu derrotado pelo candidato filiado ao Partido Comunista Júlio Prestes. Somente com a Revolução ocorrida em Outubro de 1930 é que Getúlio Vargas toma o poder, instaurando o Governo Provisório, o qual se estendeu até o ano de 1934.

Foi no Governo Provisório que Getúlio criou o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (Decreto nº 19.443 de 26 de Novembro de 1930). Neste mesmo período, houve a anistia dos presos políticos, a implementação de interventores nos Estados, a política de reajustes econômicos e o conhecido fato da queima de cafés visando

sua valorização no mercado. Relevante ressaltar que nesta fase também há a elaboração das primeiras leis trabalhistas, caracterizando o início da institucionalização do direito do trabalho.

Logo após a criação do Ministério do Trabalho, publica-se o Decreto nº 19.671-A de 04 de Fevereiro de 1931, instituindo o Departamento Nacional do Trabalho. A partir surgem outros decretos ligados a política trabalhista como a elaboração de estrutura sindical, de comissões mistas de conciliação e julgamento¹³.

Assim, houve a criação de leis trabalhistas que ficaram esparsas, como a Lei dos Dois Terços - a qual visava garantir emprego aos brasileiros, frente à expressiva força de trabalho de emigrantes - a lei dos sindicatos, da previdência, da limitação da jornada de trabalho, da regulamentação do trabalho da mulher, das convenções coletivas de trabalho, entre outras.

Frente a tais inovações na área social, Getúlio não deixou de atender as necessidades e os interesses econômicos da classe dominante, como a decisão de compra dos estoques de café e as futuras políticas nacionalistas que objetivaram a preservação do capital brasileiro (siderurgia, petróleo e limitação da atuação de empresas estrangeiras no mercado nacional).

Logicamente que Getúlio Vargas queria manter-se no poder e sabia que para isso era necessário atender aos interesses da classe dominante, sem que acarretasse na perda do prestígio que obtinha perante as classes dominadas.

¹³ DELGADO, Maurício Godinho. Curso de Direito do Trabalho, 3º ed., São Paulo: LTr, 2004, p.111.

Portanto Getúlio firmou um governo ambivalente, ou seja, atendia aos anseios do proletariado, mas também reforçava à classe detentora do capital, a necessidade de certas concessões para a continuidade e pacificação das relações sociais, sob principal enfoque as reivindicações trabalhistas. Perante tal política é que Getúlio ficou conhecido como “a mãe dos ricos e o pai dos pobres”.

O governo populista de Getúlio era marcado pela sensibilidade às pressões populares, sensibilidade esta que demonstrou o intuito social de seu governo e não meramente eleitoreiro. Caracterizou-se como um Estado intervencionista na ordem econômico-social, servindo também como um mediador das relações sociais. A ambigüidade das ações e atenções do governo evidencia-se pela política de massas, pois ainda que houvesse atenção aos seus desejos, esta classe permanecia conduzida e manipulada pela classe dirigente.

Portanto, Getúlio Vargas empenhou-se em um governo de caráter populista, onde então idealizou e concretizou a Consolidação das Leis do Trabalho, que se caracteriza como a união das então esparsas leis trabalhistas existentes. Neste liame, institui-se a legitimação da proteção aos trabalhadores com a inauguração do direito do trabalho no Brasil.

Frente à análise do governo Getúlio Vargas, sobretudo as condições sob as quais as leis trabalhistas foram consolidadas, superficial e incorreta seria a afirmação de que o surgimento do direito trabalhista no Brasil tem caráter exclusivamente protecionista tendo em vista a evidente ambivalência de interesses conjugados em

tal advento, pois assim como atende aos desejos da classe laboral, também serve como instrumento pacificador das relações sociais e mantenedor do poder das classes dominantes.

Após elucidar os aspectos mundiais e nacionais que serviram de alicerce para a instauração do direito do trabalho no Brasil, queda notório o seu caráter ambivalente, onde a proteção dada ao lado hipossuficiente da relação (empregado) nem sempre é eficaz. A conquista dos direitos sociais foi galgada pelas classes dominadas a partir de muitas lutas, portanto, a inauguração do direito do trabalho não foi simples presente concedido pela classe dominante.

A relação jurídica que envolve empregado e empregador é dotada de desigualdade material entre as partes, o que justifica a necessidade de proteção jurídica à classe trabalhadora. O caráter meramente protecionista do direito do trabalho é um verdadeiro mito que o permeia desde sua criação.

Neste liame, o próximo capítulo tratará da questão da protetividade no direito do trabalho, a sua importância, a sua necessidade e o seu real alcance.

CAPÍTULO II

O CARÁTER PROTETIVO DA LEGISLAÇÃO TRABALHISTA

2.1 - O Conceito de Protetividade na Relação de Trabalho: A Ambivalência Histórica e Sociológica.

O princípio da protetividade é consagrado pelo brocardo *in dubio pro misero* ou *pro operario*, o que significa que a lei deve proteger o lado mais fraco, deve então, proteger o empregado, tendo em vista que este se encontra em uma situação de hipossuficiência na relação de emprego.

Resultante de normas imperativas, e logo, de ordem pública, o direito do trabalho visa a oposição de obstáculos à autonomia da vontade, estabelecendo um terreno onde o Estado pode intervir a fim de regular e limitar a exploração da mão de obra operária.

A Protetividade no Direito do Trabalho, assim como toda a legislação que o permeia, foi conquistada a partir de grandes lutas e embates de interesses.

Atualmente, o princípio protetivo vem sendo posto como um dogma, um verdadeiro mito no Direito do Trabalho. Isto porque, acredita-se que em tal ramo do direito, há uma excessiva proteção à

parte hipossuficiente, proteção esta que levaria a se pensar em um “Direito do Trabalhador” e não em Direito do Trabalho.

Desta forma, criou-se um mito que afirma que o atual Direito do Trabalho é um ramo meramente protecionista baseado e construído visando uma forma de intervenção estatal, que acaba por defender apenas interesses proletários. Tais interesses não compactuam com os interesses da classe dominante, tendo em vista serem classes socialmente e economicamente conflitantes.

Neste sentido, discorre Orlando Teixeira da Costa¹⁴: “o cerne do direito do trabalho repousa no postulado protecionista. Ele constitui a síntese de todos os outros e se faz necessário à compreensão do direito laboral, da mesma maneira como sangue é indispensável à vida de cada célula do corpo humano”.

Vê-se então, que a protetividade no Direito do Trabalho é vista como ponto principal, como se basicamente determinasse o seu desenvolvimento.

De certo modo, tal ponto de vista tem sua razão de ser, pois o princípio protetivo é de fato de suma relevância. A questão central verifica-se no alcance e abrangência dados à protetividade. Neste liame, o que se pode ver é que a teoria proclamada é bastante discrepante à realidade, pois na prática nos deparamos com um direito do trabalho conquistado (e não cedido) por meio de muitas luta e conflitos sociais que proporcionaram uma melhoria nas relações de trabalho, mas que acima de tudo foram elaborados de forma a atender

¹⁴ COSTA, Orlando Teixeira; MAGANO, Octávio Bueno - Coordenador. Curso de Direito do Trabalho, p. 127, Ed.Saraiva, 1985.

os interesses dos dois pólos da relação, ou seja, da massa trabalhadora e também da classe dominante e detentora de poder.

Evidente que se tenha dado de tal maneira ao visualizamos que o advento da regulamentação das normas trabalhista acabou por configurar uma forma de manutenção pacífica das relações empregatícias, trazendo, portanto, benefícios aos empregadores também.

Assim, interessante relembrar as condições nas quais os trabalhadores conseguiram conquistar a garantia de parte de seus direitos, outrossim, as conseqüências danosas às relações de trabalho quando estas quedam desprovidas da protetividade que atualmente as cerca, ainda que de forma lacunosa e precária.

Devemos nos atentar que desde os primórdios das relações de trabalho a hipossuficiência sempre foi uma constante, basta mencionarmos que tais relações iniciaram na sociedade sob forma de escravidão¹⁵.

No Brasil, a abolição do tráfico negreiro – que não significa o término da escravidão, tendo em vista que a grande parte dos escravos em terras brasileiras era composta por índios escravizados - ocorreu apenas em meados de 1850.

O fim do tráfico de escravos negros, que eram tidos como melhores trabalhadores que os índios, tendo em vista que estes tinham

¹⁵ Desde a Antiguidade Oriental, mais precisamente no Médio Império, onde houve a ampliação do comércio com os povos vizinhos e principalmente com a entrada dos Hebreus no Egito, é que se têm relatos da prática de trabalho escravo.

mais chances de se libertar o que os tornavam mais insubordinados; não foi bem visto pelos donos de fazendas e escravocratas.

O processo de abolição da escravatura no Brasil foi lento e repleto de leis e determinações que nada mais eram que medidas paliativas que não libertavam escravos, mas somente mantinham a elite numa situação ainda cômoda de dominação. Porém, conforme cita Ademir Gebara¹⁶; a transição para um mercado de trabalho livre não representou, para a elite, o fim do mecanismo de controle do mercado de trabalho.

“ ...a lei de 1871, nas suas relações com as instituições judiciais e com as forças executoras da legislação, deu ao escravo uma personalidade legal. A escravidão começa a ser legalmente extinta, o Estado intervém nas relações de trabalho como regulador da determinação dada pela vontade do senhor, na relação com o escravo. Obviamente a libertação dos escravos passava a ter um relativo impacto na formação do mercado de trabalho no Brasil, contudo, a transição para um mercado de trabalho livre não significava para a elite, o fim do mecanismo de controle desse mercado de trabalho. Pelo contrário, a transição deve ser vista como um episódio desse processo mais geral. As relações estabelecidas no processo legislativo entre a Lei do Ventre Livre de 1871 e a Lei de Locação de Serviços de 1879 definem com bastante clareza esse aspecto.”

¹⁶ GEBARA, Ademir. O Mercado de Trabalho Livre no Brasil (1871-1888), Ed. Brasiliense S.A., São Paulo, 1986, p.33.

Seguindo a historicidade¹⁷ das relações de trabalho, e aqui mudando o enfoque para as sociedades que viviam no território que hoje é a Europa, recai-se nas sociedades de transição do escravismo ao feudalismo. O Feudalismo surge na alta idade média e o grande representante dessa transição é o Império Bizantino.

O feudalismo não ocorreu em toda a Europa e suas características eram a existência de latifúndios (feudos), o trabalho servil inserido em uma economia agrária de subsistência, a relação suserano-vassalo, a sociedade estamental e a descentralização do poder cumulada com os laços de fidelidade.

A Idade Média foi, sem dúvidas, um divisor de águas entre o trabalho escravo e o feudalismo, isto porque houve um processo de ruralização, acarretando no declínio da vida urbana.

O período medieval substitui a estrutura escravista da Antiguidade Romana, caracterizando-se pela base na economia agrária, amonetária, não-comercial e auto-suficiente. Neste modo de produção, a riqueza encontrava-se concentrada nas mãos dos donos das terras, ou seja, dos senhores feudais, que garantiam a proteção e sobrevivência a seus vassalos, os quais juravam fidelidade ao seu

¹⁷ Sobre o processo de alteração de formas de exploração e relação destas com o Estado, ver: ENGELS, Friedrich. A Origem da família, da propriedade privada e do Estado, cap. IX – Barbárie e Civilização, 12 ed., Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1991, p.177-201. Em tal obra, vê-se de forma crítica o referido processo (escravidão, servidão e trabalho assalariado) da dissolução e des-homogeneização das gens, as lutas de classes e as fases da divisão social do trabalho. Outrossim, a formação da classe comerciante, instituindo o dinheiro (moeda) como forma de dominação, estabelecendo três tipos de riquezas, que seriam, as mercadorias, os escravos e o dinheiro e terras.

Senhor, bem como, trabalhavam em suas terras como modo de troca à proteção a eles garantida.

Logicamente, o feudalismo gerou grande desigualdade social, fazendo com que o vassalo se visse obrigado a viver daquela forma e aceitar as condições a eles impostas.

Paolo Grossi¹⁸ trata do Direito Medieval, afirmando que a sociedade medieval é uma sociedade sem Estado e, portanto, seu direito decorria da própria sociedade, sendo o direito medieval uma experiência jurídica que nutre no seu seio uma diversidade de ordenamentos e antes de ser norma e comando, correspondia à ordem social.

Assim, sem a presença de um organismo forte de ação, de regulamentação da sociedade e de suas relações intersubjetivas, o direito encontra espaço para nascer das relações sociais. Emerge, então, uma realidade carregada de particularismos, tanto político, quanto econômico e jurídico. Tendo como característica bastante relevante do direito medieval, uma considerável independência do poder político da época. Então, a vida cotidiana da experiência jurídica recebe atenção casual e desorganizada deste poder.

O período entre os séculos X a XV, ou chamada Baixa Idade Média, foi marcado por profundas alterações na sociedade, e conseqüentemente, nas relações de trabalho¹⁹.

¹⁸ GROSSI, Paolo. *El orden jurídico medieval*. Trad. Francisco Tomas y Valiente e Clara Álvares. Madrid: Marcial Pons, 1996

¹⁹ Enrique Dussel analisa também as alterações nas relações de trabalho ao surgir o advento do Feudalismo no período da Idade Média, tratando da ética ligada à este fat histórico; “Na crise do império Romano invadido pelos germanos por fora, e aumentando a escravidão e a exploração das massas do império por dentro, a partir de sua região

Na Baixa Idade Média²⁰ o senhor feudal perde forças para a figura do Rei devido à precariedade da estrutura vigente, que não tinha qualquer condição de atender as necessidades da população, refletindo em agravantes para a crise econômica, como a fome, a peste negra, as guerras, as dificuldades com o comércio do Oriente e o esgotamento das reservas de ouro. Também o interesse da centralização de poder nas mãos do Rei objetivou a formação das monarquias nacionais.

A partir disso, a Revolução Comercial e a expansão marítima passaram a ser realidade, fortificando a atividade mercantil que iniciou a exploração das rotas do Mediterrâneo na busca de novos mercados consumidores e fornecedores. Isto devido à estagnação da economia européia, sobretudo em consequência dos altos preços das especiarias.

Houve fortalecimento do Estado Nacional e ascensão social da burguesia mercantil representada pelo comércio cada vez mais forte. A burguesia só não tinha maior prosperidade por causa dos valores feudais ainda intrínsecos na sociedade²¹, desta forma, precisava amenizar tais valores para que então alcançassem o êxito.

oriental grega (nada tem a ver com a futura cultura ‘ocidental’), uma ética crítica que parte das vítimas, dos pobres, dos excluídos e dos próprios escravos tomará força entre esses grupos de marginalizados e oprimidos.” Dussel, Enrique. *A Ética da Libertação na idade da globalização e da exclusão*, 2º ed., Ed. Vozes, Petrópolis, 2002, p.38.

²⁰ A Baixa Idade Média (1.100-1453) caracterizou-se pelo auge e declínio do feudalismo político e do feudalismo econômico, pelo desenvolvimento de uma economia urbana e comercial, pela ascensão da burguesia e pelo crescimento das cidades.

²¹ A manutenção e objeção à mudanças dos princípios e valores feudais vão além da relação estreita com o senhor feudal. Reportam, sobretudo à desvinculação do trabalhador ao seu fruto de trabalho, ou seja, a classe ascendente caracterizada pelos comerciantes está desvinculada da produção o que acaba por ocasionar uma reorganização do Estado, demonstrando a complexidade dessa alteração das relações sociais laborais.

Como se nota, as relações de trabalho sempre foram ditadas pela classe dominante, não podendo o trabalhador muito fazer frente à sua necessidade de sobrevivência e carência de meios que o liberassem da submissão a eles sempre imposta. Assim, a repressão nas relações de trabalho sempre foram uma constante.

Como explana Poulantzas²², quando faz seu estudo sobre o estado capitalista, diz que este vem como uma verdadeira ruptura aos estados pré-capitalistas, isto porque:

“... a lei só tardiamente, com o Estado capitalista e sua constituição histórica, apresentou-se como limitação do arbítrio estatal, até mesmo como barreira a uma certa forma de exercício da violência. É esse ‘Estado de direito’ que foi concebido como o oposto ao poder ilimitado, criando a ilusão do binômio Lei-Terror. A lei e a regra estiveram sempre presentes na constituição do poder: O Estado asiático ou despótico, o Estado escravagista (Roma, Atenas), o Estado feudal foram sempre fundamentados no direito e na lei, desde o direito babilônico e assírio ao direito grego e romano até as formas jurídicas medievais.”

²² Poulantzas entende que ainda que a lei venha como meio de proteção, ela somente, nunca foi sinônimo de garantia certa, pois todos os governos, mesmo os mais sanguinários, foram baseados em leis que os legitimavam. Ainda assim, vê-se que a existência de regulamentação pode ser uma forma de barreira ao arbítrio estatal. POULANTZAS, Nicos. O Estado, o Poder, o Socialismo, v.19, 4º ed. Ed. Graal, Rio de Janeiro, 2000, p. 74.

Neste liame, apresenta-se então a quarta etapa do desenvolvimento da sociedade, como entende Karl Marx²³; ou seja, a etapa burguesa ou capitalista. Karl Marx divide o desenvolvimento da sociedade em quatro fases, as quais seriam; etapa asiática – relação de dependência entre súdito e soberano; etapa antiga – que seria a relação de escravidão; a etapa feudal e então a capitalista ou burguesa.

Com o amadurecimento da burguesia (devido ao crescimento e expansão do capitalismo) e com a conseqüente transferência do meio de riqueza e poder da propriedade agrícola para o comércio, como já mencionado, tal classe entendia a necessidade de derrocada do Estado Moderno.

Assim, a burguesia cada vez mais introduzia novos fatores a realidade social, como por exemplo, a abolição dos privilégios feudais, culminando com os ideais iluministas. Frente a todas as transformações, houve a Revolução Francesa; baseada no lema de igualdade, fraternidade e liberdade, mas, sobretudo atendendo uma necessidade da burguesia, o liberalismo econômico.

Ocorrida tal mudança de enfoque econômico, social e cultural; a urbanização deu-se de forma descontrolada, as cidades não estavam preparadas para receber e acolher tantas pessoas, gerando um verdadeiro caos, um estado de sobrevivência às duras penas. Com a burguesia sempre preocupada com os lucros, com a produção a todo vapor, as condições a que os trabalhadores exerciam seu ofício eram extremamente precárias com ganhos miseráveis, fazendo com que o

²³ AGULLA, Juan Carlos. Teoria Sociológica, Ed. Depalma, Buenos Aires, 1987, p.98.

“advento” da batata fosse uma salvação, pois era uma forma de conseguir manter-se vivo diante da inexistência de possibilidade de qualquer outra fonte de alimento.

Essa se denomina como fase superior da barbárie, tendo em vista que o período do machado e espada de ferro foi também o período do arado que resultou na fase da batata.

Segundo Engels²⁴, ‘ao pôr este metal a seu serviço, o homem fez-se dono da última e mais importante das matérias-primas que tiveram, na história, um papel revolucionário’, assim como o da batata. Isto porque o emprego do ferro na produção de instrumentos para a agricultura possibilitou a produção agrícola em larga escala e em áreas até então não cultivadas por impossibilidade de condições para o plantio.

Trabalhava-se praticamente em regime escravo, sem qualquer segurança, recebendo quase nada, chegando-se ao ponto, de crianças trabalharem e morrerem nas fábricas para tentar garantir o sustento da família.

O liberalismo econômico que, representava a não-intervenção do Estado na economia, acarretou uma explosão da burguesia e da economia, mas um decréscimo significativo no âmbito social.

A revolução Russa²⁵, apesar de ter seguido o modelo clássico de revolução como a Francesa, representou uma revolução proletária,

²⁴ ¹³ Ibid, Engels, Friedrich. A origem da família, da propriedade e do estado, p. 218.

²⁵ Engels, em declaração sobre a Revolução Russa, afirmou que a Rússia em 1885 constituía um dos casos excepcionais onde seria possível a um punhado de pessoas fazer uma revolução. Outrossim, Marx e Engels, ao escreverem para a edição russa (1882) no

inclusive por contar com a participação dos camponeses e proletários, lançando o primeiro Estado Socialista da humanidade.

Em meio a tal crise social e frente às gritantes desigualdades existentes em tal época, os operários começaram a movimentar-se em busca de melhores condições de trabalho. Após muitas lutas e embates entre a burguesia e o proletariado, este conquistou a garantia de alguns direitos.

É importante ressaltar que a classe dominante não cedeu simplesmente os direitos aos trabalhadores, na verdade, percebeu que era a melhor forma e saída para evitar maiores conflitos, para manter e perpetuar o domínio de maneira regulamentada e amena²⁶.

Outrossim, deu-se conta que a qualidade da produção quedaria superior. Assim, desde então é evidente o caráter ambivalente do direito do trabalho, pois sempre atende a interesses de ambos os pólos da relação, sendo que, muitas vezes serve até mais para o empregador que para o empregado.

Frente a todas estas questões, é notória a ambivalência do direito do trabalho, não apenas no Brasil, mas sim em toda a sua história, em proporções globais.

Manifesto Comunista, demonstraram a pretensão de que a revolução russa se tornasse o sinal para a revolução proletária no ocidente, de maneira que uma completasse a outra, o que explicita a preocupação em ver a revolução proletária ter êxito nos países economicamente mais adiantados do Ocidente, que na opinião de ambos, dispunham das condições preliminares, materiais e culturais para o socialismo. Ambos: BOTTOMORE, Tom. Dicionário do Pensamento Marxista, Rio de Janeiro, Zahar, 1997, p.236 e 238, respectivamente.

²⁶ Sobre o tema, ver: REIS FILHO, Daniel Arão. As Revoluções Russas e o Socialismo Soviético – Revoluções do Século 20, ed.1º, UNESP, São Paulo, 2004.

A relação empregatícia sempre se caracterizou pelo embate de interesses e pela evidente hipossuficiência da classe operária, visto que detém apenas força de trabalho, mas não são detentores dos meios de produção e tampouco do poder. Parece ainda persistir a questão: A protetividade ainda é justificável? A resposta é facilmente visualizada ao se deparar com fatos e informações que obtemos no nosso cotidiano.

Embora o cenário seja outro, a desigualdade social permanece, o poder ainda é centralizado nas mãos de poucos, os recursos econômicos são divididos de forma bastante desproporcional, gerando desigualdade de poder econômico e social.

Em pleno século XXI é comum vermos notícias de trabalho infantil²⁷ e de trabalho escravo, de pessoas tendo de se sujeitar a

²⁷ Eliane Araque dos Santos, Procuradora Regional do Trabalho, integrante do Ministério Público do Trabalho do Distrito Federal / Brasília, em artigo publicado no site do Ministério Público do Trabalho (link - <http://www.pgt.mpt.gov.br/pgtgc>), relata a larga existência na atualidade do trabalho infantil no Brasil: “Dados recentes do IBGE demonstram que o número de crianças ocupadas, na faixa etária de 5 a 14 anos, no período de 1999 a 2001, diminuiu em 739 mil, representando uma queda de 13,3% em média anual. Demonstrem, ainda, que no mesmo período, a proporção das crianças inseridas no trabalho reduziu de 2,4% para 1,8% na faixa etária de 5 a 9 anos de idade, e passou de 14,9% para 11,6% na faixa etária de 10 a 14 anos de idade. Esses dados são representativos, se comparados com aqueles relativos ao ano de 1992, disponibilizados pelo IBGE, quando este indicador estava em 3,7% para as crianças de 5 a 9 anos de idade e em 20,4% para aquelas na faixa etária de 10 a 14 anos de idade. Revelam, no entanto, a existência de um percentual significativo de crianças ainda envolvidas no trabalho precoce, o que exige ação e esforço contínuos para que se alcance a eliminação de dados dessa natureza (...) A criança é prioridade absoluta, nos diz expressamente a Carta da República, no artigo 227, garantindo a sua proteção integral, porque pessoa em desenvolvimento, que se traduz no direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, assim como o dever de ser colocada à salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. Essa ação é

trabalhar sob condições extremamente precárias e humilhantes, vêem-se famílias inteiras trabalhando em lixões das grandes cidades, na luta pela sobrevivência. Diante de tantas mazelas e da exacerbada busca pelo capital, pelo lucro e pelas políticas econômicas especulativas, seria um verdadeiro retrocesso a remoção da pouca protetividade garantida aos trabalhadores.

Diversamente do que exclamam os menos informados ou aqueles que estão somente preocupados em auferir a conhecida mais-valia retratada por Karl Marx, a proteção existente no direito do trabalho demonstra-se insuficiente para que se alcance uma igualdade material e não apenas formal.

Sem a garantia de proteção nas relações de trabalho, o empregado estaria à mercê da liberalidade de seu empregador, já que este é hipersuficiente na referida relação, enquanto àquele se veria obrigado a aceitar as deliberações e condições a ele impostas, já que necessita garantir a sobrevivência sua e de sua família.

Desta forma, relevante analisar a eficácia e aplicação do princípio tutelar nas relações de trabalho.

O princípio tutelar deve proteger o trabalhador de condições precárias a que sempre foram submetidos, o que determina a importância de seu estudo, pois essencial para a análise do caráter protetivo do direito do trabalho.

obrigação da família, da sociedade e do Estado, considerados estes em conjunto e integradamente.”

Assim, vê-se até que ponto as lutas da classe trabalhadora, as quais ainda permeiam as relações sociais, auxiliaram o desenvolvimento das condições laborais.

Atenta-se ao fato de que o referido princípio, ainda que basilar no direito do trabalho pátrio, sofre restrições por vezes prejudiciais ao trabalhador.

O que se vê é o descontentamento de ambos os lados, pois diferentemente do exaustivamente pronunciado, a legislação trabalhista ora vigente não é simplesmente benéfica e protecionista ao trabalhador, tendo em vista que também gera entraves ao empregado, assim como o anunciado pela classe empregadora.

2.2 - O Princípio Tutelar e suas Limitações na Atualidade.

Os direitos trabalhistas foram conquistados por meio de muito conflito social, o que não retira seu caráter ambivalente. A partir disto, a compreensão da necessidade da vigência do Princípio Tutelar, que consiste na tutela estatal ao trabalhador nas relações de trabalho, devido à notória fragilidade que o mesmo se encontra frente ao pólo detentor dos meios de produção. Diante disso, agora nos interessa analisar a existência e efetividade de tal princípio do direito laboral na atualidade.

O direito do trabalho sempre esteve intrinsecamente ligado com a realidade econômica e social, ou seja, é um ramo do direito que acaba sendo sempre atingido, prejudicialmente ou não, pelo momento econômico vigente. O direito do trabalho foi gerado por um modelo de Estado Social, mas vigora em meio a um modelo de Estado que cada vez mais se confirma como neoliberal. Mas afinal, o que é neoliberalismo?

O ideário neoliberal, como trataremos adiante, é um conjunto de idéias que constituiriam um modelo de estado baseado nos ideários Liberais do século XVIII, os quais visam a desregulamentação e a não interferência do Estado na economia.

Grosso modo é comum e explicativo fazer tal analogia, mas não se deve deixar de ressaltar que os neoliberais não tomam por base todas as idéias de Adam Smith, mas se baseiam nas teorias econômicas monetaristas defendidas por Milton Friedman²⁸.

O ponto divergente entre os liberais e os neoliberais é que para estes, os valores morais sobre os quais os mercados livres operam devem ser esquecidos, pois esses conceitos não podem ser traduzidos em linguagem matemática. Ou seja, os neoliberais distanciam-se ainda mais do modelo de estado social, pois adotam a ideologia de um estado mínimo, acarretando numa sobreposição da lei de mercado à política social, bem como à lei do Estado. Perante tais características, a sociedade chamada de pós-moderna e pautada no neoliberalismo

²⁸Milton Friedman foi um dos mais destacados economistas do século XX e um dos mais influentes teóricos do liberalismo econômico defensor do capitalismo laissez-faire.

vem marcada também por uma mundialização econômica, cultural, ou seja, pela globalização.

Sobre o tema, Ulrich Beck²⁹ entende que a flexibilização significa que o Estado e a economia repassam os riscos aos indivíduos, mencionando a curta duração e a maior facilidade de rescisão dos contratos:

“Consecuencia: cuantas más relaciones laborales se desregularizan y flexibilizan más rapidamente se transforma la sociedad laboral en una sociedad de riesgo, un riesgo que no es calculable ni para el modo de vida de cada individuo ni para el Estado y la esfera política; y más urgente resulta asimismo estudiar la economía política del riesgo desde Del punto de vista de sus consecuencias contradictorias para la economía, la política y la sociedad.”

Desta forma, essa nova doutrina favorece consideravelmente a redução do papel do Estado no âmbito econômico e social, indo na contra-mão do modelo de estado social, anteriormente adotado, que entendia necessária a intervenção estatal e a aplicação de políticas sociais de natureza assistencial.

Esta mudança de foco acaba por trazer inúmeros prejuízos à sociedade, tendo em vista que a política social torna-se quase

²⁹ BECK, Ulrich. Um Nuevo Mundo Feliz – La precariedad del trabajo en la era de la globalización, Trad. Bernardo Moreno Carrillo, Ed. Paidós Ibérica, Barcelona, 2000, p.11.

inexistente, havendo uma preocupação somente com o fortalecimento do capitalismo. Logicamente que com a adoção de tal política, os países de terceiro mundo e em desenvolvimento sofrem ainda mais as consequências desastrosas do neoliberalismo, isto porque são economicamente mais frágeis que as grandes potências, bem como são mais carentes de políticas sociais, as quais são notoriamente essenciais para o crescimento e sobrevivência de tais países. Fato este que se torna palpável e verificável quando deparamos com dados como que foram extraídos do relatório divulgado pela Conferência das Nações Unidas para Comércio e Desenvolvimento³⁰:

“Entre as 100 maiores economias do mundo, 29 são empresas. A maior delas, a Exxon Móbil Corporation, gigante do petróleo, que emprega 95 milhões de pessoas ao redor do globo, supera, por exemplo, o Paquistão, que possui 141 milhões de habitantes, metade deles no mercado de trabalho. Na centúria, ainda, a General Motors, maior que a Nova Zelândia e a Nigéria. Ainda ressalta que de modo geral, as maiores companhias estão crescendo a um ritmo mais rápido do que os países”.

Portanto, a política neoliberal e a globalização acarretam num verdadeiro entrave ao real desenvolvimento econômico e social, gerando uma brusca má distribuição de renda, um verdadeiro

³⁰ Das 100 maiores economias mundiais, 29 são empresas. Publicado n Jornal de publicação diária Gazeta do Povo, Curitiba, 13 de Agosto de 2002. Importante ressaltar que o Brasil, conforme indica o IBGE atualmente possui 185 milhões de habitantes.

monopólio de poucos, onde esse grupo mais favorecido percebe benefícios e crescimento econômico exacerbado em detrimento de um universo de países e pessoas que sobrevivem em condições extremamente precárias. Neste sentido, Milton Santos³¹ comenta :

“...para a grande maior parte da humanidade a globalização está se impondo como uma fábrica de perversidades. O desemprego crescente torna-se crônico. A pobreza aumenta e a classe média perde em qualidade de vida. O salário médio tende a baixar. A fome e o desabrigo se generalizam em todos os continentes... A perversidade sistêmica que está na raiz dessa evolução negativa da humanidade tem relação com a adesão desenfreada aos comportamentos competitivos que atualmente caracterizam as ações hegemônicas. Todas essas mazelas são direta ou indiretamente imputáveis ao presente processo da globalização...”

Assim, o processo de globalização e as demais características e conseqüências da onda neoliberal, que vem tomando proporções cada vez maiores no cenário mundial, ocorre de modo desigual nos vários países capitalistas centrais e periféricos do mercado mundial.

Outro ponto a ser considerado, que é também um marco nas relações de trabalho, é a passagem do modo de produção fordista para o toyotista.

³¹ SANTOS, Milton. Por uma outra globalização. Rio de Janeiro: ED. Record, 7º ed., 2001, p.17-20.

O fordismo, modelo estruturado por Frederick Winslow Taylor em 1896, a partir de estudos que chamou de “Princípios de administração científica”, tratava de proposta de racionalização da produção, objetivando uma maior produtividade no menor espaço temporal possível. Caracterizava-se pela produção em série, com estoque de produtos; pela hierarquia piramidal e verticalizada, tendo categorias profissionais definidas e semi-qualificadas e pela união de todos os setores num mesmo espaço físico.

A partir de tais características é que as “esteiras de Taylor”³² tornaram-se conhecidas e exemplificam o modelo. Em tais esteiras, o operário laborava de forma repetitiva, rápida e estressante. Outros pontos a serem ressaltados é que no fordismo os empregos eram mais duradouros, havia recompensas, bons salários e sentimento de orgulho do trabalhador em prestar serviço àquela determinada empresa. Após duas décadas, Henry Ford introduziu as idéias de Taylor em sua fábrica, visando, principalmente o aumento da produtividade.

Passadas três décadas, em 1950, o Japão do pós-guerra reinventa o processo de produção, mostrando ao mundo o chamado toyotismo. A empresa Toyota, entre os anos de 1950-1970, introduz outro modelo de produção.

³² A partir da era moderna da industrialização, Taylor idealizou a racionalização da produção, posteriormente utilizada por Henry Ford em sua fábrica. A esteira de Taylor é emblemática para demonstrar suas idéias, pois em tais esteiras, eram realizadas operações repetidas e sincronizadas de acordo com a velocidade programada.

No toyotismo³³, a produção deixa de ter como escopo o ‘*just in case*’³⁴ e passa a ser ‘*just in time*’ que tem por viés a produção condicionada às necessidades e ao pedido do consumidor.

Esta mudança de paradigma visa sanar dois problemas, a grave questão da escassa disponibilidade de espaço físico vivida pelo Japão e a redução de custos que reflete em maior lucratividade. As empresas são horizontalizadas, sem aquela estrutura piramidal utilizada no fordismo. Assim, o trabalhador deve ser polivalente e versátil, devendo estar apto a operar várias máquinas e a desempenhar múltiplas funções simultaneamente, o que lhe exigirá uma maior qualificação. As tarefas múltiplas são também repetitivas, rápidas e ainda mais estressantes que a forma utilizada no fordismo, isto devido à maior responsabilidade e menor porosidade da jornada de trabalho.

Passa-se a implantar os CCQs - círculos de controle de qualidade e os CQTs - controles de qualidade total, ficando os próprios grupos de empregados incumbidos da fiscalização mútua, desaparecendo a figura do gerente superior hierárquico. Desta forma, há a alteração de gestão com a otimização, a diminuição dos salários, não há mais a durabilidade no emprego, pois não existe recompensa e os trabalhadores são ainda mais exigidos.

Portanto, o modelo de gestão neoliberal, tem muitas facetas e acarreta inúmeras consequências, principalmente ao que se refere à política social. Dentre as características já apontadas, a mudança do

³³ No toyotismo adota-se o tipo de produção voltada à diminuição de custos, não existindo estoque e nem sobras.

³⁴ Produção em série com padronização e estoque dos produtos.

modo de produção fordista para o modo de produção toyotista representa uma alteração no padrão das relações de trabalho.

A consequência é a crescente ausência de tutela ao trabalhador, que agora é cada vez mais exigido. Em sentido oposto ao crescimento da economia das empresas, seguem as condições laborais e a média salarial; as quais restam freqüentemente minoradas.

Essa mudança estrutural no modo de produção é marcada por confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apóia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional.

A acumulação desproporcional de renda envolve rápidas mudanças nos padrões do desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamado “setor de serviços”, bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas.

Neste sentido, demonstrando em situações fáticas a ruptura dos modos de produção, da perda de tutela aos trabalhadores, do enfraquecimento da classe trabalhadora e de seus sindicatos, bem como as consequências desse processo de minoração de intervenção Estatal e de flexibilização das normas trabalhistas, Luis Inácio Lula da

Silva³⁵, atual Presidente da República, em entrevista concedida à revista Caros Amigos, em novembro de 2000, profere as seguintes palavras:

“...A CUT (Central Única dos Trabalhadores) nós criamos só em 1983. De 1969 a 1982 aconteceu um processo de aprendizado importante. E um dado também importante é que o sindicato do ABC já nasceu muito grande, era mais avançado que a média dos sindicatos brasileiros porque tinha uma elite na categoria: os trabalhadores da indústria automobilística, que naquele tempo, certamente ganhavam mais do que os jornalistas ganham hoje. Os trabalhadores tinham um padrão de vida muito alto e a partir de 1968 começaram a perder. Um trabalhador da Ford, da Mercedes, da Volkswagen, da Scania, na época, era o bambambã, era o que tinha o primeiro carro, a melhor casa, o que, todo dia de feira, a mulher dele voltava com o carrinho cheio de fruta. Na época do Natal ganhava presentes, 13º, algumas montadoras davam 14º (...) A partir de 1968 começamos a perder, foram tirando as coisas! Tirando, tirando, foi começando o acirramento e combinou com o movimento da sociedade brasileira por democracia...”

³⁵ Luis Inácio Lula da Silva, em entrevista concedida em novembro de 2000 à Revista Caros Amigos. Caros Amigos –As Grandes Entrevistas 5 – outubro de 2001, p.13.

Assim, tornam-se mais palpáveis e evidentes os reais prejuízos e dissabores enfrentados pela classe operária em meio aos acontecimentos e tendências políticos e sociais ora mencionados.

Apoiando-se na flexibilidade dos processos de trabalho e dos mercados de trabalho, a base do modelo neoliberal reforça sua ofensiva na reestruturação produtiva, política e cultural, fundamentada na lógica toyotista impondo em momentos de grande desemprego e enfraquecimento do poder sindical, regimes e contratos de trabalho mais flexíveis, acarretando na desregulamentação da relação trabalho-capital e acentuação da precarização do trabalho via terceirização, contratos temporários, banco de horas, redução da jornada de trabalho com redução salarial entre outros aspectos que foram incorporados à prática no dia-a-dia do empregado.

Compreende-se, então a exaltação de ânimos e cisão ocorrida com o evento da globalização entre os defensores do Estado Social e os defensores do neoliberalismo. No cenário nacional tal embate não é diferente, os defensores do neoliberalismo afirmam que a regulamentação e encargos trabalhistas acabam por gerar um aumento no risco Brasil, evidente que tal afirmação tem a função de tornar justificável a aplicação do modelo neoliberal aliado às suas consequências lamentáveis que favorecem uma minoria em detrimento de toda uma massa operária.

Assim, os teóricos do Estado Social, que defendem a importância e necessidade de uma política social eficaz para o crescimento e desenvolvimento do país, exclamam que o referido aumento do risco Brasil, assim como, o aumento da taxa de

desemprego supostamente causado devido à regulamentação dos direitos trabalhistas, incluindo a manutenção da tutela prestada pelo Estado ao empregado, nada mais é que uma falácia, uma tentativa de legitimar a não intervenção estatal almejada pelos defensores do modelo neoliberal, os quais tem por único objetivo a obtenção de lucros exorbitantes.

Portanto, o protecionismo reflexo da tutela prestada pelo Estado no Direito do Trabalho não tem a abrangência que se diz ter e que deveria ter. Isto porque, como já estudado, o Direito do Trabalho tem caráter ambivalente e atende a interesses de ambas as partes, outrossim, a limitação do princípio tutelar encontra-se num processo de evolução, já que a tendência flexibilizadora e desregulamentadora minora ainda mais a “manta protetora” sob a qual o empregado deveria estar coberto, tendo em vista sua posição de hipossuficiência na relação laboral.

Como estudado no primeiro capítulo, o direito do trabalho foi criado na vigência do modelo de estado de bem estar social, o qual não deixou de ter fortes traços capitalistas. Especificadamente no Brasil, a inauguração do referido direito ocorreu em meio a um governo que buscava atender as necessidades sociais de modo que também assegurasse benefícios à classe dominante, servindo então como um apaziguador das relações sociais. Neste contexto já se examinou o mito do caráter protetivo criado em torno do direito do trabalho, evidenciando a importância da protetividade nas relações laborais.

Deste modo segue a análise da protetividade sob o enfoque da eminente precarização da proteção jurídica ao trabalhador. Com a flexibilização do direito do trabalho, a protetividade necessária mostra-se ainda mais frágil frente às alterações que vêm sendo propostas.

A legislação trabalhista é antiga e já não reflete mais os anseios do trabalhador e do empregador.

Frente a isso, sob o mote de tornar o direito do trabalho mais compatível com a realidade atual, a proteção jurídica ao trabalhador – sempre tida como exacerbada – está sendo minorada, mostrando que mais uma vez os interesses da classe dominante permanecem intrínsecos e determinantes no direito do trabalho.

O próximo capítulo tratará da possibilidade de prevalência do negociado sobre o legislado, fortificando a tese de que o conceito de direito do trabalho com viés amplamente protetivo constitui um mito.

CAPÍTULO III

A PREVALÊNCIA DO NEGOCIADO SOBRE O LEGISLADO

3.1 – A Sobreposição do Negociado ao Legislativo Sob a Ótica Constitucional.

Outro ponto que tem sido muito discutido no Direito do Trabalho, gerando grandes conflitos de interesses e opiniões é a tendência flexibilizadora –que acaba por se tornar desregulamentadora - da tentativa de se possibilitar a prevalência do negociado sobre o legislado, ou seja, viabilizar a sobreposição do acordado entre as partes ao estipulado em lei. Assim, a negociação realizada entre sindicatos, sindicato e empresa ou ainda entre empresa e empregado teria o poder de se sobrepor ao já disposto em lei.

Sob a alegação de que encargos e normatização trabalhista acabam por inviabilizar a contratação e manutenção de empregados nas empresas, devido às exigências de mercado da atualidade, a ideologia neoliberal almeja a transformação a possibilidade de negociação do contrato de trabalho, onde evidentemente prevalecerá a vontade do lado mais forte, ou seja, do empregador, já que este detém os meios de produção e o capital.

A flexibilização difere de desregulamentação, pois quando se fala em flexibilização, deveria estar falando numa adequação das

normas à realidade social, o que não representa a desregulamentação requerida pelo neoliberalismo, que pretende uma verdadeira redução de normas e leis para beneficiar a política econômica por ele determinada. Assim, deve haver um núcleo de normas de ordem pública que permaneça inatingível.

A Constituição Federal de 05/10/1988 possibilitou a flexibilização de algumas de suas normas como a redutibilidade salarial, a compensação de horários e o trabalho em turnos de revezamento, mas tudo sempre sob a tutela sindical. Ainda que a Constituição Federal tenha forte conteúdo social, ela permitiu uma exceção, uma certa disponibilidade a direitos que, na verdade, deveriam ser indisponíveis, pois fundamentais.

Dentro desse liame, encontra-se outro conflito entre estudiosos do direito, pois há aqueles que admitem e entender que existe possibilidade de se dispor, inclusive, do art. 7º da Constituição Federal, para que possa ser negociado e contrariamente, aqueles que incluem os direitos do art. 7º como cláusula pétrea. Logicamente que a disponibilidade de tais direitos acabará por se tornar um verdadeiro entrave, estorvo à política social do país, já que representará a verdadeira derrocada do Direito do Trabalho.

Interessante buscarmos compreender como funciona e quais os meios de negociação dos direitos trabalhistas. As vias negociais existentes são as Convenções Coletivas de Trabalho e os Acordos Coletivos de Trabalho.

A Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) é o acordo de caráter normativo, entre um ou mais sindicatos de empregados e

empregadores, que visa determinar as condições de trabalho que irão reger a relação empregatícia de todos os trabalhadores dessas empresas (art. 611 da CLT). Assim, a CCT é inerente à categoria, independentemente de associação ao sindicato negociador.

O Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) é negociado entre uma ou mais empresas com o sindicato da categoria profissional, onde serão definidas as condições aplicadas por tais empresas.

Os Acordos e Convenções Coletivas designam os sindicatos e empresas envolvidas definindo as partes negociantes – inclusive as categorias ou classes de trabalhadores que se inserem no instrumento de efeito normativo –, estabelecem o prazo de vigência e também as normas para eventuais conciliações entre as partes quando surgir alguma divergência relacionada as definições estabelecidas entre os contraentes; entre demais disposições.

O prazo máximo de vigência das Convenções Coletivas e dos Acordos Coletivos de Trabalho é de dois anos, conforme estabelece o § 3º do art. 614 da CLT, devendo também ser escrita para a sua validade. Para a revogação, prorrogação ou revisão ainda que parcial, os instrumentos negociais dependerão da aprovação, em assembléia geral, dos sindicatos relacionados³⁶.

³⁶ Outra questão é a atual falta de representatividade dos sindicatos, o que significa que a preponderância do negociado sobre o legislado pode ser ainda mais maléfica à classe trabalhadora, que já tem menor poder de barganha tendo em vista sua posição de submissão, a tal fato, alia-se a ausência de real proteção pelo órgão que deveria representar e defender seus anseios e necessidades. A realidade mostra que os sindicatos nem sempre têm real ligação com a classe trabalhadora que representa, portanto não é de fato legítimo para negociar seus interesses de forma correta e protetora. Frente a tais fatos que se vê mais um ponto negativo que contribui para a degradação dos direitos dos trabalhadores. Neste liame é que se verifica a necessidade de Reforma Sindical, visando a maior representatividade dos sindicatos e órgãos de classe. Tal reforma fora bastante

Assim, sob as fantasiosas vestes de princípio protetivo existente de forma intocável, as leis trabalhistas acabam por apresentar uma grande abertura legal para a negociação coletiva afastar suas normas.

Evidente que a convenção coletiva deve proteger e defender os direitos e interesses da classe operária, mas com isso não se tem qualquer garantia que não trará prejuízos substanciais à classe trabalhadora, pois para que o sindicato abra mão de algum direito previsto em lei, certamente conseguirá em contra-partida uma série de benefícios. Um direito constante do Código seria uma espécie de artigo de luxo para ser usado como moeda de troca em negociações coletivas.

A mescla de elementos predatórios, que ampliam a insegurança típica da força de trabalho como mercadoria, e elementos de envolvimento, de caráter toyotista, é que sedimenta o peso ideológico da flexibilidade e da flexibilização da legislação trabalhista.

Alguns juristas buscam apresentar com positividade a flexibilização do Direito do Trabalho, ressaltando sua adaptabilidade às necessidades da empresa (e, por conseguinte, do próprio trabalhador assalariado) e seu caráter conservativo, pois supõe

discutida mas não foi realizada. Atualmente existem várias linhas de conduta de sindicatos, desde os que utilizam o conflito como meio, ou seja, de resistência negativa ao sindicato que nada faz perante o explícito desrespeito ao direito assegurado. A Reforma Sindical propõe a pluralidade sindical, ou seja, caso realizada a mencionada reforma, haverá tantos sindicatos conforme os trabalhadores de determinada classe entenda necessário. Sendo assim, o sindicato só existirá mediante prova de sua representatividade, outrossim, serão divididos por ramo de atividade, também pretende pôr fim às taxas de contribuição negocial.

privilegiar o acordo entre as partes contratantes. O elemento paradoxal é que o apelo à livre negociação ocorre num período de crise estrutural do sindicalismo e de sua capacidade de mobilização de classe, além de ocorrer num cenário de desemprego massivo, o que demonstra o caráter ideológico visceral da lógica da flexibilização.

Sobre este tema, José Afonso Dallegrave Neto³⁷ afirma que a desarticulação dos sindicatos obreiros no atual modelo toyotista explica-se em face à descentralização da produção, ficando para as terceirizadas o espaço antes ocupado pela empresa-mãe. Some-se ainda o crescente desaparecimento de categorias profissionais estanques e definidas. O trabalhador da sociedade pós-moderna tem de ser versátil e multifuncional, o que acarretou na perda de sua referencia em nível de enquadramento sindical. Tais fatores, aliados com o desemprego estrutural ensejaram a desarticulação e fragmentação dos sindicatos profissionais.

A discussão sobre a disponibilidade dos direitos para a negociação transpassa o meio teórico e atinge a própria prática do direito, o que gera decisões totalmente em contra-censo entre si. Absurdo ver que a prevalência do negociado sobre o legislado está tomando proporções cada vez mais abrangente, causando discussão e questionamentos fáticos sobre a possibilidade de negociação de direitos já conquistados, regulamentados e tidos como fundamentais, a exemplo da estabilidade da gestante. Neste sentido, interessante analisar algumas decisões proferidas em Tribunais pátrios, buscando a

³⁷ id.,p.23

visualização do alcance prejudicial que tal “desregulamentação” pode gerar.

Sobre estabilidade de emprego da gestante, direito consagrado e regulamentado no artigo 7º, XVIII da CF/88; vê-se conflito jurisprudencial quanto à disposição de tal direito, como se verifica nas seguintes decisões:

RODC - 95635/2003-900-04-00 Relator - GMCA DJ - 03/12/2004

ACORDO HOMOLOGADO. GESTANTE. ESTABILIDADE. PRAZO DE COMUNICAÇÃO. INVIABILIDADE.

Acordo em Dissídio Coletivo que estabelece prazo para comunicação do estado gravídico ao empregador, sob pena de perda do direito à estabilidade da empregada gestante. O art. 10, inciso II, alínea b, do ADCT confere tratamento exaustivo à garantia de estabilidade da empregada gestante, porque fixa os requisitos e a duração do benefício.

RODC - 16745/2002-900-04-00 Relator - LCP DJ - 19/12/2002

ESTABILIDADE DA GESTANTE E LICENÇA MATERNIDADE –

O Excelso Supremo Tribunal Federal, em relação à matéria, tem se posicionado no sentido de que aos acordos e convenções coletivas de trabalho, assim como

às sentenças normativas, não é lícito estabelecer limitações ao direito constitucional dos trabalhadores, que nem à lei se permite.

BENEFÍCIOS GERAIS - Mesmo em se tratando de livre avença entre as partes, o E.Regional não poderia homologar uma condição de trabalho que não encerra disposição completa, pois, além de afrontar a boa técnica da normatização, tal condição, por fazer alusão genérica a "eventuais vantagens criadas pela empresa e etc", pode gerar interpretações as mais diversas, ensejadoras de conflitos de interesses.

Recurso Ordinário conhecido e provido.

RODC - 701081/2000 Relator - RB DJ - 19/10/2001
 RODC - 638886/2000 Relator - RLL DJ - 14/09/2001
 (decisão igual a essa) DISSÍDIO COLETIVO -
 ESTABILIDADE DA GESTANTE - ARTIGO 10,
 INCISO II, ALÍNEA "B", DO ATO DAS
 DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS
 TRANSITÓRIAS.

A Constituição Federal (artigo 7º, inciso XXVI) assegura como direito dos trabalhadores urbanos e rurais o reconhecimento das convenções e acordos coletivos de trabalho, cabendo aos Sindicatos a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria (artigo 8º, inciso III, da CF/88), sendo obrigatória a participação dos Sindicatos nas negociações coletivas de trabalho (artigo 8º, inciso VI, da CF/88). É o

Sindicato que, representando a categoria (profissional ou econômica), participará da elaboração das negociações coletivas, quando as partes envolvidas, para obtenção das convenções e acordos coletivos, naturalmente, fazem concessões mútuas. Ninguém melhor que as partes em conflito sabem o que melhor lhes interessa. Não se pode excluir cláusula de convenção coletiva sem que se abale toda a estrutura desse ajuste. Porque cedem aqui e não ali, porque abrem mão deste ou daquele direito, somente as partes sabem, não devendo o Poder Público (representado pela Justiça do Trabalho) interferir nesse ajuste que representa o equilíbrio entre as partes em conflito. No caso, as categorias profissionais e econômicas ajustaram, pela via da negociação coletiva, dentre outras condições de trabalho, a redução temporária do período de estabilidade da gestante e isso encontra respaldo nas normas constitucionais invocadas. É preciso que se afaste, nos dias que correm, porque não mais se justifica, o mau vazo de achar que o trabalhador, ainda mais quando representado pelo seu Sindicato, não tem condições de elaborar um instrumento normativo em parceria com o empregador, também representado pela entidade de classe, visando a disciplinação das relações individuais no bojo dos contratos de trabalho. Recurso Ordinário conhecido e desprovido.

RODC - 61815/2002-900-04-00 Relator - GMCA DJ -
18/02/2005 RECURSO ORDINÁRIO EM DISSÍDIO
COLETIVO. ASSENTOS NOS LOCAIS
DETRABALHO.

O Regional deferiu em parte a Cláusula, atribuindo-lhe a seguinte redação, *verbis*: As empresas colocarão assentos nos locais de trabalho, para uso dos empregados que tenham por atividade o atendimento ao público, nos termos da portaria nº 3.214/78 do Ministério do Trabalho, independente do número de empregados. Dispõe a NR-17, em seu item 17.3, sobre a disponibilidade dos assentos (subitem 17.3.1) e requisitos a serem observados (subitem 17.3.2) nos postos de trabalho em que o obreiro pode, ou deve, trabalhar sentado. A inclusão do tema em Sentença Normativa deve contribuir, fundamentadamente, e de forma subsidiária ao ordenamento jurídico, para complementar, ou melhor, adequar a previsão legal específica. Na hipótese, não se verifica, no texto da Cláusula, contribuição em relação à previsão legal que justifique a inclusão do tema na decisão normativa.

ESTABILIDADE NO EMPREGO PARA A GESTANTE. O E. Regional adaptou o pleito da inicial ao dispositivo constitucional que fixa a estabilidade provisória da gestante, resultando a seguinte redação, *verbis*: Concede-se a garantia de emprego à gestante, desde a concepção até 05 (cinco) meses após o parto, nos contratos por tempo indeterminado. A primeira inovação da previsão constitucional, introduzida com a substituição da expressão desde a confirmação da

gravidez, para constar desde a concepção, aparentemente favorece à empregada no caso de dispensa imotivada, se frustrada a reintegração, pois amplia o efeito retroativo para a percepção das verbas correspondentes à garantia. Essa ampliação da eficácia da norma do art. 10, inciso II, alínea b, do ADCT, não se coaduna com a literalidade da lei, e não se encontra consolidada na jurisprudência. Não deve, portanto, ser imposta em decisão normativa, conquanto pudesse ser objeto de negociação coletiva. A outra alteração, resultante do acréscimo da expressão nos contratos por tempo indeterminado estabelece distinção entre formas de contrato para fins de percepção do benefício. O entendimento jurisprudencial prevalecente - de que o contrato de experiência não assegura a garantia ao teor da Orientação Jurisprudencial nº 196 da SBDI-1 do TST, não se estende genericamente a todos os contratos a termo. A questão depende de interpretação. De qualquer sorte, se considerada inócua a inovação, a norma coletiva apenas repete o que consta da norma constitucional, e, nesse caso, não deve ser mantida, por ausência de finalidade. Se, ao contrário, considerar-se que a alteração não é neutra, e que a norma coletiva tem sentido, trata-se de imposição, em decisão normativa, de limitação da eficácia do dispositivo constitucional que somente poderia ser viabilizado em norma consensual ou mediante o procedimento legislativo apropriado -fora, portanto, do âmbito de competência normativa da Justiça do Trabalho.

Lendo e analisando tais decisões, confirmam-se não apenas as divergências existentes, mas sobretudo, o caráter prejudicial ao trabalhador, que vê seus direitos sendo negociados, sendo disponibilizados em troca de outros favores ou ainda, por mero receio de engrossar o gordo rol de desempregados que este país ostenta (legado do governo de Fernando Henrique Cardoso, e que, diga-se de passagem, permanecerá ostentando de forma absurdamente crescente se o modelo de Estado seguir as práticas do ideário neoliberal, ditando ordens e gerando graves conseqüências ao crescimento do país ao enfatizar apenas a política econômica excludente que lhe é peculiar).

Após tais análises e comentários, evidenciou-se também, um fator de grande relevância para a sobreposição do negociado ao legislado, que é o enfraquecimento do poder sindical. Com tal enfraquecimento, o comando e a defesa da manutenção dos interesses laborais restam ainda mais fragilizados, permitindo que o trabalhador fique à mercê das imposições feitas pelo empregador.

A constitucionalidade da questão é outro ponto vital, pois como já mencionado, a discussão recai na classificação do art.7º da Constituição Federal como cláusula pétrea ou não. Analisando-se a Constituição e sua intenção em declarar os direitos sociais como direitos fundamentais, bem como, unindo a questão à característica “Constituição-Mãe” que a CF/88 apresenta, por óbvio que o intuito foi de proteger e garantir os direitos lá firmados, visando a indisponibilidade dos mesmos salvo disposições em contrário que a própria Constituição estabelece.

Portanto, a prevalência do negociado sobre o legislado representa um verdadeiro retrocesso ao direito trabalhista brasileiro. Ainda que se apóie na afirmação de que é uma adaptação à realidade social e econômica, tal tendência nada mais é que o atendimento aos interesses econômicos dos empregadores, que buscam a maior lucratividade e a mão-de-obra a valores irrisórios. Para tanto, ignoram-se anos de lutas e embates políticos e sociais que a classe operária enfrentou para garantir melhores condições de trabalho. Logo, a sobreposição do negociado sobre o legislado não pode ser entendida como uma tendência flexibilizadora, trata-se sim, de uma real retaliação dos direitos laborais, configurando a desregulamentação, desnormatização e a efetivação da não intervenção Estatal.

Como se pode notar, esta desnormatização torna o direito do trabalho ainda menos protetivo, seguindo a tendência neoliberal de flexibilização dos direitos trabalhistas.

Portanto, é imprescindível definir as características das políticas neoliberais, visando pontualmente a conseqüente redução da proteção jurídica prestada à classe trabalhadora, realizada via submissão do direito laboral aos interesses econômicos da classe dominante.

CAPÍTULO IV

A CONSTRUÇÃO DA HEGEMONIA NEOLIBERAL NO BRASIL E AS PROPOSTAS DE FLEXIBILIZAÇÃO

Tendo em mente as prerrogativas do modelo neoliberal, parte-se para a análise da inserção do mesmo na política nacional e seus reflexos no direito do trabalho sob enfoque dos acontecimentos da política brasileira, embasado nas categorias Gramscianas.

Conforme analisado no primeiro capítulo, a criação do direito do trabalho no Brasil foi influenciada pelos acontecimentos políticos-econômicos-sociais mundiais. Da mesma forma, a tendência flexibilizadora dos direitos sociais, deve-se à introdução do ideário neoliberal na política nacional.

Para tanto, relevante análise da política nacional frente aos anseios populares, tendo em vista que a introdução das práticas neoliberais no Brasil vai refletir diretamente na política social adotada. Não obstante, o direito do trabalho também sofre as consequências acarretando a baixa protetividade jurídica ao trabalhador.

Assim, fazendo estudo sobre a atualidade política e a introdução dos ideários neoliberais no Brasil, estrutura-se a formação de um bloco histórico neoliberal no Brasil, que influencia diretamente a política social e demonstra a possível quebra de tal bloco com a mudança de governo, o qual não mais segue as linhas neoliberais.

Esse processo está intrinsecamente ligado ao direito do trabalho e a atuação da protetividade no mesmo.

4.1 – Marco Teórico: As categorias de Antônio Gramsci.

Antonio Gramsci, hoje apresentado como clássico na Teoria Política, nasceu em 22 de janeiro de 1891, viveu até a data de 27 de abril de 1937, quando faleceu em Roma. Natural da Ilha de Sardenha, filho de pais da camada mais humilde da classe média provinciana, cursou a universidade em Turim, onde ganhou bolsa de estudos. Ainda em Turim, ingressou no Partido Socialista Italiano (PSI) no ano de 1913, quando começou a escrever para jornais socialistas.

Em janeiro de 1921, ajudou a fundar o Partido Comunista Italiano (PCI), sendo que em 1924 assumiu a liderança de seu partido; em 6 de abril, do mesmo ano, é eleito deputado pelo distrito do Vêneto; regressando, então, à Itália, depois de dois anos de ausência.

Em 8 de novembro de 1926 Gramsci, sob o regime fascista de Mussolini, é condenado a mais de 20 anos de prisão. Preso junto com outros deputados comunistas, apesar de desfrutar de imunidades parlamentares, é recolhido ao cárcere de Regina Coeli, em isolamento absoluto e rigoroso. Em 7 de dezembro, é transferido para o cárcere da pequena ilha de Ústica, situada ao norte da Sicília.

Portanto, a produção teórica de Gramsci se realiza em dois momentos distintos, quais sejam, o da militância política, quando se dedicou a escrever artigos jornalísticos; e um segundo momento que é o período do cárcere. Deste segundo momento, resultou suas reflexões mais significativas, as quais se deram devido ao longo tempo de isolamento, à prisão arbitrária, outrossim, posteriormente ao comportamento hostil de muitos detentos comunistas que passaram a insultá-lo, durante as horas de passeio no pátio do cárcere, por suas posições críticas sobre as análises e as estratégias de luta contra o fascismo.

Em setembro de 1936 é retomada no exterior a campanha pela libertação de Gramsci. O escritor francês Romain Rolland publica um opúsculo sobre ele. Em 25 de outubro, é promulgado o decreto que lhe concede liberdade condicional. Já no mês de abril do ano de 1937, encerra-se o período de liberdade condicional. Gramsci, então, readquire a plena liberdade e projeta voltar à Sardenha para se restabelecer. Mas, na noite de 25 de abril, tem uma crise imprevista, sofrendo um derrame cerebral. Assim, Gramsci morre dois dias depois, na manhã de 27 de abril de 1937, o que não o impediu de ser um dos autores clássicos, com teorizações ainda bastante utilizadas, demonstrando-se sempre atuais.

Gramsci realizou uma releitura de Marx, sendo que a sua maior contribuição ao marxismo é a sistematização a partir do que está implícito em Marx, constituindo uma ciência marxista da ação política³⁸.

³⁸ CARNOY, Martin. *Estado e Teoria Política*, p.89.

A ênfase que Gramsci deu à política, deve-se principalmente, à situação histórica em que viveu, sobretudo por ter sido um intelectual do movimento proletário das massas durante a Primeira Guerra Mundial e os anos subseqüentes, tendo sofrido as represálias do governo fascista de Mussolini.

Portanto, o pensamento de Gramsci, foi, sem dúvida, enormemente influenciado e baseado em Marx e Lênin.

Devido a tais influências, Gramsci adotou elementos teóricos marxistas, como as origens materiais de classe e do papel de luta e da consciência de classe na transformação social. Mas a categoria que mais foi trabalhada por Gramsci, tendo sido elemento central de sua teorização, foi a noção elaborada por Marx de hegemonia.

Para Gramsci hegemonia significava o predomínio ideológico dos valores e normas burguesas sobre as classes subalternas, e justamente neste liame – na sua concepção de sociedade civil e sua elevação da hegemonia burguesa a um lugar de destaque na ciência política – Gramsci ultrapassou Marx, Engels, Lênin e Trostki, pois enfatizou o papel da superestrutura na perpetuação das classes e na prevenção do desenvolvimento da consciência de classe.

Outra questão é que Gramsci conferiu à massa dos trabalhadores bem mais crédito que Lênin, já que afirmava que não era apenas a falta de um entendimento de sua posição no processo econômico, como considerava Lênin, que impedia os trabalhadores de compreender o seu papel de classe, nem eram somente as instituições privadas da sociedade, como religião, as responsáveis por manter a classe trabalhadora longe da autoconsciência, mas era sim o próprio

Estado que estava encarregado da reprodução das relações de produção.

Notam-se também desacordos nas teorizações de Marx e Gramsci. Para ambos a sociedade civil é o fato chave na compreensão do desenvolvimento capitalista, mas, para Marx a sociedade civil é estrutura (relações de produção), contudo, para Gramsci, sociedade civil é superestrutura. Marx tem como “centralidade ontológico-genética” da sociedade civil a base econômica, já para Gramsci a sociedade civil é “momento político-superestrutural”³⁹.

Assim, Gramsci entende que a sociedade civil, por ser superestrutura, representa o fator ativo e positivo no desenvolvimento histórico; é o complexo das relações ideológicas e culturais, a vida espiritual e intelectual, e a expressão política dessas relações torna-se o centro da análise, e não a estrutura, como Marx afirmara.

É com o conceito de sociedade civil que Gramsci enriquece com novas determinações a teoria marxista de Estado. Segundo Gramsci, a sociedade civil é o conjunto de organismos chamados privados e que correspondem à função de hegemonia que o grupo dominante exerce em toda a sociedade.⁴⁰ São nesses aparelhos privados (assim chamados porque são relativamente autônomos à sociedade política), também denominados de instituições, que se organizam os grupos sociais e se realizam a direção política e cultural

³⁹ ARRUDA Jr., Edmundo Lima de. Gramsci e direito: reflexões sobre novas juridicidades, in ARRUDA Jr., Edmundo Lima de e BORGES Fo., Nilson. Gramsci: Estado, Direito e Sociedade; p.34.

⁴⁰ GRAMSCI, A. Os intelectuais e a organização da cultura, in SCHELESNER, Anita Helena. *Hegemonia e cultura: Gramsci*; p.18.

da sociedade, só assumindo esse papel com as revoluções democráticas-burguesas, pela organização dos Estados modernos e a intensificação das lutas sociais. São instituições que nasceram a partir da correlação de forças sociais, como os sindicatos, os partidos políticos, os meios de comunicação de massa, assim como o sistema escolar, as igrejas e as universidades, que são instituições antigas que se adaptaram à nova situação⁴¹.

Partindo para o conceito Gramsciano de hegemonia, este tem dois significados primordiais. Primeiramente o teórico afirma que hegemonia é um processo ocorrido dentro da sociedade civil, sendo que por via deste uma parte da classe dominante exerce o controle, através de sua liderança, moral e intelectual, sobre outras frações aliadas da classe dominante. Num segundo momento, Gramsci estabelece a relação entre as classes dominantes e as classes dominadas.

A hegemonia compreende as tentativas bem sucedidas da classe dominante em usar sua liderança política, moral e intelectual para impor sua visão de mundo como inteiramente abrangente e universal, bem como, para moldar os interesses e as necessidades dos grupos subordinados, não sendo uma força coesiva e sim plena de contradições e sujeita a conflitos.

Para Gramsci, o estado é simultaneamente, um instrumento essencial para a expansão do poder da classe dominante e uma força

⁴¹O exercício do poder seria feito a partir da combinação de domínio e direção, que ocorre através de alianças políticas capazes de dar sustentação à classe no poder. Ou seja, tais aparelhos privados servem à classe dominante, de forma a efetivar o consenso, diminuindo o uso da força, o que legitima o exercício do poder.

repressiva (sociologia política) que mantém os grupos subordinados fracos e desorganizados.

Há um contraste entre sociedade civil e Estado⁴² – o grupo dominante exerce a hegemonia através da sociedade civil e a dominação direta através do Estado e do seu governo jurídico. Na segunda definição, o Estado inclui a sociedade civil compreendida como sociedade política e sociedade civil.

Na terceira definição, o Estado e a sociedade civil são idênticos: assim, o consentimento e a coerção tornam-se co-extensivos ao Estado e a hegemonia é inseparável dos próprios aparelhos do Estado.

Martin Carnoy⁴³ afirma que a visão de Gramsci acerca do Estado era principalmente ideológica, que era sim um aparelho hegemônico que surgiu na concepção da classe burguesa como um grupo em potencial totalmente inclusivo.

Gramsci produziu uma análise do desenvolvimento histórico que rejeita a visão marxista mais estreita na sociedade civil como sendo incompleta e não relevante à situação ocidental. Ao mesmo tempo, porém, ele não nega que a superestrutura está intimamente

⁴² O Estado é elemento de grande relevância para a definição de hegemonia, pois para Gramsci, o Estado é parte da hegemonia da classe dominante, sendo uma extensão do aparelho hegemônico, sendo uma parte do sistema que a burguesia desenvolveu para ampliar o seu controle sobre a sociedade. A classe burguesa foi vista por Gramsci, como organismo em contínuo movimento, sendo capaz de absorver toda a sociedade e fazer com que a mesma assimile o seu nível cultural e econômico. Na prática, a burguesia não tem e tampouco pretende ter tal força, é sim uma classe dominante, mas sobre tudo, uma classe saturada. O fato do Estado se comportar como se a burguesia exercesse realmente um contínuo movimento de expansão, não significa que a mesma realmente esteja verdadeiramente em expansão.

⁴³ CARNOY, Martin. *idem*, p.101.

vinculada às relações de produção; pois embora a hegemonia seja ética-política, ela também deve ser econômica, deve necessariamente ser baseada na função decisiva da atividade econômica.

Outrossim, vai à busca da questão de como as classes subordinadas superam a hegemonia das classes dominantes, dentre os caminhos por ele encontrados, está a crise da hegemonia.

Bastante ligado à hegemonia, o bloco histórico é a sociedade que se apresenta como totalidade em todos os seus níveis (estrutura e superestrutura). Gramsci introduz a questão da *supremacia*, sendo que esta é a união do domínio e da direção moral e intelectual, ou seja, domínio e hegemonia.

Luciano Gruppi entende que assim, a hegemonia avança com a afirmação da capacidade de direção política, ideológica e moral daquela que, até tal momento, era uma classe subalterna⁴⁴.

As crises são resultados de atos impopulares das classes dirigentes ou do intensificado ativismo político de massas anteriormente passivas. Tem-se então, uma crise de autoridade, ou seja, se a classe dominante, não é dirigente e sim apenas dominante. Tal crise se expressa politicamente na incapacidade da classe dominante em manter o consenso – perde a confiança das outras classes sociais – enquanto as classes dominadas não estão suficientemente organizadas para conquistar e exercer a hegemonia⁴⁵.

⁴⁴ GRUPPI, Luciano. *O conceito de hegemonia em Gramsci*, p.79.

⁴⁵ SCHELENESER, Anita Helena. *Hegemonia e Cultura: Gramsci*, p.23.

A crise poderia levar à ação se estivesse presente a consciência das massas, prontas para entrarem em ação, assim a sua análise da desintegração do capitalismo também depende da hegemonia, mais pontualmente, da crise da hegemonia. Para ele, a unidade e a disciplina não podem ser mecânicas e impostas, devem ser fruto de convicção e não as de um destacamento inimigo aprisionado ou cercado, ou seja, não através da força⁴⁶.

Quanto à superação da hegemonia pelas classes subalternas, Gramsci mencionou a importância da contra-hegemonia, a qual seria criada pela organização de massa da classe trabalhadora e pelo desenvolvimento das instituições e da cultura operária, estabelecendo organizações da classe trabalhadora como os alicerces de uma nova cultura. Isto para que a nova superestrutura venha a sitiar a antiga, incluindo o aparelho do Estado.

Gramsci parte para análise da necessidade dos intelectuais, os quais formam uma homogeneidade à classe subordinada, ou seja, dão as direções culturais, morais e intelectuais, próprias dos subordinados exercendo uma função hegemônica.

Ele afirma que o conceito de intelectual como uma categoria social distinta, independente de classe. Enfatiza que todo grupo social cria, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão

⁴⁶ Neste sentido, Gramsci enuncia uma sociedade regulada, concebendo uma construção progressiva – elementos cada vez mais numerosos – de ordem social global fundada no consenso, no autogoverno, na qual a esfera pública intersubjetiva subordina e absorve em si o “poder” e o “dinheiro”. Fala então em vitória do consenso sobre a coerção, sendo que tal vitória depende de um complexo processo de lutas sociais, capaz de conduzir à progressiva eliminação da sociedade dividida em classes antagônicas, ou seja, do principal obstáculo para que os homens possam efetivamente regular de modo consensual as suas interações sociais.

sua homogeneidade e a consciência de sua própria função, sendo verdadeiros persuasores⁴⁷ da classe dominante e mediadores do consenso.

Portanto, conceitua intelectual não como autônomo em relação ao grupo dominante, diversamente, Gramsci procura demonstrar que os intelectuais não representam, por si mesmos, uma determinada classe, mas que estão organicamente ligados ao grupo dominante para assumir a função de “agentes da hegemonia”⁴⁸.

Martin Carnoy⁴⁹ ressalta que existe uma segunda, e mais relevante, definição de intelectual. Esta, explica que intelectual é qualquer pessoa que seja possuidora de uma capacidade técnica específica – o elemento pensante e organizador de cada classe social⁵⁰.

⁴⁷ Termo utilizado por Luciano Gruppi, in *O conceito de hegemonia em Gramsci*, p.80.

⁴⁸ MALISKA, Marcos Augusto. *Os operados jurídicos enquanto intelectuais orgânicos*, p.81.

⁴⁹ CARNOY, Martin. *idem*, p.114.

⁵⁰ Gramsci definiu três tipos de intelectuais: O intelectual tradicional é que aquele pertencente a uma classe que não mais detém a hegemonia. O intelectual tradicional pode ser rural ou urbano. Àquele, constitui-se por camponeses ou membros da pequena burguesia de cidades menores, que não criaram vínculo com o novo modo de produção e atuam como mediadores entre o novo poder e a massa camponesa. Estes – os urbanos - aparecem ligados ao bloco histórico anterior, sendo verdadeiros representantes de uma continuidade histórica que permaneceram independentemente das alterações sociais, políticas que tenham ocorrido.

O intelectual orgânico do “*status quo*”, que é o mantenedor do bloco vigente, fazendo ligação entre estrutura e superestrutura. Este tipo de intelectual nem sempre tem trabalho militante, por vezes o seu simples “calar”, denuncia e o identifica como intelectual do *status quo*, já que aquele que omite demonstra aceitação, bastando manter relação orgânica com a classe dominante.

O terceiro tipo de intelectual, o intelectual orgânico da transformação, é o intelectual que se caracteriza pela ruptura, ou seja, não aceita mais o velho molde, é a negação. Assim, é aquele que tem relação de pensamento comum com a classe revolucionária. A relação orgânica teorizada e politicamente desejada, para defender a nova concepção de mundo instituída ou pregada pela classe revolucionária ascendente. Portanto, o intelectual orgânico tem por função realizar a reforma moral e intelectual que leva toda a massa a ascender ao *status* de intelectual, rompendo com a antiga subordinação cultural. Questão importante é que Gramsci afirma que a organicidade dos intelectuais independem de sua classe social, mas para que seu discurso não esteja

A classe dominante tenta, em seus partidos políticos⁵¹, fundir os intelectuais tradicionais com os orgânicos do grupo dominante – sendo esses aqueles que vem da própria base da classe. Ao mesmo tempo, o partido revolucionário deveria tentar fazer a mesma coisa; apenas, em seu caso, ele fundiria intelectuais tradicionais burgueses descontentes, intelectuais proletários orgânicos, os pensadores-organizadores com uma concepção de mundo consciente que transcende seus interesses de classe.

Desta forma, numa eventual crise hegemônica - tendência de “derrocada” do atual bloco histórico - burguesia e proletariado disputam a aliança dos intelectuais tradicionais, que podem aderir facilmente em um momento que haja uma classe social em ascensão.

Então, o intelectual torna-se o tecido integrador, a teia que tudo envolve, de forma que liga a infraestrutura à superestrutura, assegura o bloco hegemônico e, conseqüentemente, o exercício e manutenção da hegemonia.

É sobre tais conceitos que se faz um estudo sobre a implementação de idéias neoliberais durante o processo de (re)democratização no Brasil.

imbuído de preconceitos e resquícios de sua classe original, o intelectual que esteja a serviço dos populares deve aliar teoria e prática, ou seja, seus discursos não podem ser apenas teóricos, mas sim basilarmente fundado em suas lutas. Os intelectuais são vistos, em grau de relevância, devido a sua integração na estrutura social, bem como conforme sua situação no processo histórico, ou seja, o lugar que ocupa e seu papel na política.

⁵¹ Os partidos políticos elaboram seus próprios intelectuais, pois primeiro se forma no partido e depois cumpre uma função estatal, portanto, contribuem para o fornecimento de intelectuais para o Estado.

4.2.2 – A (Re) Democratização do Brasil.

A história política brasileira sempre foi marcada por alguma forma de autoritarismo, seja ele expresso por meio de concentração de poder nas mãos das classes dominantes, ou pela via clara e explícita da ditadura.

Na atualidade tais amarras, ainda que com características e formas diferentes, estão presentes. Com a fase de (re)democratização do país, que teve como marco a eleição para a Presidência da República de Tancredo Neves, pondo fim à fase ditatorial militar, houve uma expectativa de que então o país seria efetivamente democrático, não mais representado por pequenos e poderosos grupos, voltados à concentração de poder. Tais eleições deram-se de forma indireta, pelo Colégio Eleitoral, inclusive com o apoio das oposições, tal era o entusiasmo pela nova fase. Tancredo não chegou a assumir o cargo, pois devido a problemas de saúde, internou-se na véspera da posse e acaba por falecer 37 dias depois, causando enorme comoção popular. Quem assume, então, a Presidência da República foi seu vice, José Sarney⁵².

Então, somente após 29 anos, em 1989 é que houve eleição direta de um Presidente da República, levando o povo às urnas.

⁵² José Sarney, eleito via eleição direta, concorreu com Fernando Collor de Mello (PRN e coligações de direita) e Luís Inácio Lula da Silva (PT e coligações de esquerda), governou nos anos de 1985 a 1990. Promulgou a 8ª Constituição Brasileira e acompanhou a estruturação do MERCOSUL. Enfrentou crise econômica, editou o plano Cruzado (1986, extinguindo o cruzado), o plano Bresser em 1987 e o plano Verão (1989, adotando o cruzado novo).

Fernando Collor de Mello vence as eleições no segundo turno, o qual disputou com o candidato da esquerda, Luiz Inácio Lula da Silva. Collor assume a Presidência em janeiro de 1990 e após verificação de inúmeras irregularidades e frente a graves denúncias de corrupção, é afastado pelo Congresso Nacional em 1992, via processo de impeachment que até então era inédito, principalmente pelas manifestações populares, marcadas pelos “caras-pintadas”.

Tal processo que marcou a política nacional deu-se de forma massiva, inclusive pela “esperança e crença” depositada na nova fase regida pela democracia. Concomitantemente às evoluções de denúncias e investigações sobre a corrupção no governo Collor, fortificavam-se as manifestações públicas de massa pelo *impeachment* do presidente. Surge o Movimento pela ‘Ética na Política’, também movido pela recente conquista da derrocada da ditadura militar e pelo sentimento de renovação, forte naquele momento. Tal movimento reuniu partidos políticos e várias entidades da sociedade civil, como a Associação Brasileira de Imprensa (ABI), a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e a Central Única dos Trabalhadores (CUT).

As mobilizações referentes ao movimento pela Ética na Política, trouxeram de volta à cena o movimento estudantil, que após a dura opressão sofrida - mas corajosamente enfrentada - pela ditadura militar, encontrava-se apático. A União Nacional dos Estudantes (UNE) e a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubes) organizaram passeatas, onde os manifestantes pintavam o rosto com as cores do país, contrastando com tarjas pretas, assim, entram para a história como os caras-pintadas.

O processo de *impeachment* do presidente é aberto na Câmara, em 29 de setembro de 1992, e teve aprovação ostensiva, com diferença de 103 votos válidos a favor, acarretando no afastamento de Collor da Presidência.

Em 29 de dezembro de 1992, certo de sua derrota no Senado, renuncia. Com a finalidade de não sofrer as punições que o referido processo ocasionaria. Sua estratégia não logrou êxito e Fernando Collor é julgado por crime de responsabilidade e condenado (também com larga diferença de votos), perdendo seus direitos políticos por oito anos.

Assim, o processo de (re)democratização do Brasil iniciou de forma turbulenta, não apenas pela corrupção deflagrada, mas também pela política econômica e social (se é que a tem) introduzida no país pelo primeiro presidente eleito de forma direta, Fernando Collor de Mello.

Retornando e inserindo as teorizações de Antonio Gramsci, este via uma certa “dualidade” nas formas de Estado, que não necessariamente coincidem com o termo por ele utilizado – Oriente e Ocidente.

Como Oriente, Gramsci identificou a sociedade na qual o Estado era fundamental, tendo uma sociedade civil primitiva e gelatinosa. Diversamente, o Ocidente é marcado pela justa relação entre Estado e sociedade civil, tendo esta uma estrutura robusta.

Desta forma, a sociedade brasileira tem fortes características do tipo oriental. Já que ocidentalização é um fenômeno potencialmente universal e que depende do nível de amadurecimento do processo nacional.

Prosseguindo numa visão de conjunto – ainda que meramente superficial – a história recente do país pode ser dividida em duas fases. A primeira do chamado entulho autoritário, ou seja, dos traços antidemocráticos do regime anterior, onde fica evidente o caráter oriental do Brasil. A segunda fase é marcada pela elaboração da nova Constituição, promulgada em outubro de 1988, e a eleição presidencial de 1989, seguida dos já mencionados esforços de restauração da cidadania, moralização da vida pública e das instituições democráticas, fase que então, poder-se-ia localizar certa identidade com o Ocidente determinado por Gramsci, não de forma plena, mas como uma busca pela relação uniforme entre o Estado e a sociedade civil, isso devido ao seu caráter momentaneamente representativo, o que não mais se verificou e tampouco evoluiu.

Ainda neste liame, vê-se que caso a distinção gramsciana entre “ocidente” e “oriente” seja transportada ao caso brasileiro, portanto levando-se em conta que a forma de desenvolvimento adotada pelo Brasil foi a “revolução passiva”, a formação social brasileira seria de tipo “oriental”.

Sendo assim, com uma sociedade civil fraca, o Estado permaneceu facilmente manipulável por aqueles que tenham o poder de direção, ou seja, retorna-se à questão das amarras.

Desta vez, a amarra demonstrou-se de forma bastante peculiar, tendo em vista que desde o governo Collor, com os chamados Planos Collor I e II, sendo o último, a tentativa de salvação, o continuísmo do primeiro plano; a política do Brasil passou a representar as práticas inerentes ao neoliberalismo, e como veremos, com a introdução da

política neoliberal o Brasil reforça ainda mais suas amarras, agora em âmbito mundial e em total desabono à sociedade nacional.

O ideário neoliberal firmou-se após o término da segunda guerra mundial, nos países europeus e nos Estados Unidos, onde prevalecia o capitalismo. O desenvolvimento do referido ideário consiste principalmente em três medidas: a) acabar com a inflação; b) privatizar; c) deixar o mercado regular a sociedade através da diminuição do Estado, sendo os seus protagonistas as grandes corporações internacionais, sobretudo as norte-americanas.

A América Latina recebeu a influência destas idéias um pouco mais tarde, o seu pioneiro foi o governo ditatorial do Chile. O êxito da experiência neoliberal chilena é identificado como decorrente do caráter antidemocrático, autoritário e conservador da ditadura de Pinochet.

Ressalta-se que dentro da estrutura neoliberal, os direitos sociais são repudiados, como demonstra o próprio Friedman (grande teórico do neoliberalismo) quando alega que tais direitos são negativos aos próprios indivíduos, vez que os mesmos deixam de ser cidadãos ao deles usufruírem. “Justifica” sua fala sob o mote de que a maioria dos atuais programas de bem-estar nunca deveriam ter sido aprovados, pois desta forma, muitos dos indivíduos agora deles dependentes teriam se tornado cidadãos confiantes em si em vez de menores tutelados pelo Estado.

Isso significa que se almeja o Estado mínimo, o livre comércio, a privatização de setores antes providos e regidos por

estatais, a redução das responsabilidades do Estado, e conseguinte, a mínima intervenção estatal.

As conseqüências da prática dessa política de livre mercado fazem com que haja brusca pressão nas classes médias, que acabam por serem espremidas. Outrossim, enriquece uma minoria e aumenta a dimensão das *underclass*.

Após isso, no século XX vê-se o surgimento de algumas instituições internacionais como a Organização das Nações Unidas e a União Européia, que embora possam ser consideradas como embriões da sociedade internacional, sabe-se que seu poder é limitado àquele definido pelos Estados que as constituíram.

Foi nesse contexto que o Governo Collor inseriu o Brasil “recém re-democratizado” nos moldes neoliberais, iniciando uma nova fase na política brasileira e alicerçando a construção do “bloco histórico neoliberal”.

Com uma carreira política construída no Estado de Alagoas durante os anos da ditadura militar, Fernando Collor de Mello foi o primeiro presidente eleito por voto direto desde 1960. Toma posse e anuncia a chegada da "modernidade" econômica: livre mercado, fim dos subsídios, redução do papel do Estado e um amplo programa de privatização.

Vêm-se alguns resquícios da ditadura nas atitudes do então Presidente. Collor encaminhou ao Congresso 20 medidas provisórias – sendo muitas delas explicitamente anticonstitucionais - e três decretos relativos à economia e à extinção de órgãos governamentais de cultura e educação. Outras demonstrações da existência desses

resquícios são os vetos presidenciais, que se tornaram exaustivamente presentes após a aprovação da Medida Provisória nº 168, vetando os acordos feitos por seus representantes parlamentares.

Collor, sob o mote de dar um salto para a modernidade capitalista, com a máxima de que a partir de então, os brasileiros não mais andariam de “carroças”.

A questão que a sociedade civil ainda não tinha dado conta era do preço que teria que pagar por tal modernização. Relevante também é questionar o alcance de tais benefícios e a qual camada social seria disponibilizada essas inovações.

Fernando Collor já estava pregando os ideários neoliberais, fazendo privatizações, estimulando as exportações, e sobretudo aplicando a política de arrocho salarial.

Frente a isso, será que ainda podemos falar em acesso à modernidade? A “modernidade” tão almejada e defendida por Collor não pôde ser usufruída por toda sociedade civil, pois as classes que não se encontram no domínio do poder e do capital, enfrentam extrema dificuldade concentrando suas forças para manter e preservar o emprego, que passa a ter concorrência além das fronteiras nacionais.

Ato contínuo, o Presidente, que obtinha hegemonia, decreta o Plano Collor I de combate à inflação: extingue o cruzado novo e re-introduz o cruzeiro, confisca o saldo das cadernetas de poupança, contas correntes e demais investimentos acima de 50 mil cruzeiros. Nota-se que com tal plano, Collor agiu de forma cordata ao capital externo, e de forma bastante lesiva ao capital nacional que restou prejudicado.

Veio então o Plano Collor II, que nada mais foi que a afirmação do desastre do plano anterior, conseguindo empobrecer ainda mais o país.

Foi sobre este espectro que se introduziu a política neoliberal no Brasil, iniciando a formação de um bloco histórico, obtendo hegemonia⁵³ e legitimando-a fortemente em razão da ausência do uso da força.

A noção globalizante dos países desenvolvidos e economicamente fortes (que acabam por ditar as “regras do jogo”) chega ao Brasil e obtém robustez quando é recebida com prestígio pela classe dominante e pelo capital externo, ainda que as classes prejudicadas, inclusive pela carência dos serviços sociais, permaneçam apenas com a promessa de dias melhores.

A partir de então, mesmo após a saída de Fernando Collor de Mello pelas portas dos fundos da Presidência da República, e com a posse de seu vice Itamar Franco (o qual realizou um governo ambíguo, pois muito falava no social, mas na prática, seus projetos tinham pleno caráter de continuidade do Projeto Collor), o continuísmo das práticas neoliberais manteve-se, trazendo mais corda para firmar as novas amarras dos ditames do FMI, da OMC e do capital externo.

⁵³ Como já aduzido, para Gramsci, hegemonia significava o predomínio ideológico dos valores e normas burguesas sobre as classes subalternas, sendo a hegemonia não apenas política, mas também centrada na atividade econômica, que está sob a determinação da classe burguesa. O Estado também é parte da hegemonia da classe dominante, sendo uma extensão do aparelho hegemônico, uma parte do sistema que a burguesia desenvolveu para ampliar o seu controle sobre a sociedade. A classe burguesa foi vista por Gramsci, como organismo em contínuo movimento, sendo capaz de absorver toda a sociedade e fazer com que a mesma assimile o seu nível cultural e econômico.

Fernando Henrique Cardoso, presidente eleito, tomou posse em 1994 e realizou política de consolidação do Plano Real, que preconizava a equiparação ao dólar. Suas atividades no comando do país foram regidas pelas idéias neoliberais.

Assim, o governo de Fernando Henrique Cardoso tratou de efetivar privatizações em geral, a abertura ao capital externo que gerou em alguns setores concorrência desleal devido aos benefícios concedidos pelo governo brasileiro, a (des) industrialização, a precarização do trabalho.

Assim, Fernando Henrique Cardoso acabou desarrumando o legado da era Vargas. Após o capital estatal produtivo ter realizado todo o empenho, o trabalho operário durante décadas para a estruturação de tudo que foi elaborado desde então, o governo de Fernando Henrique Cardoso, guiado pelas práticas neoliberais, simplesmente entregou tudo que agora já estava funcionando de forma rentável aos capitais interno e externo.

Passados os quatro anos de servidão ao capital externo, Fernando Henrique Cardoso chegou a ser comparado à Margareth Thatcher. Como menciona Ricardo Antunes⁵⁴, a insuspeita revista inglesa *The Economist*, comparou o primeiro mandato de Fernando Henrique com a Era Thatcher, mencionando que em apenas quatro anos FHC realizou quase o mesmo que a *dama de ferro* levou doze para fazer.

⁵⁴ ANTUNES, Ricardo. A Desertificação Neoliberal no Brasil, p.39.

Com a vitória, diga-se de passagem, pouco expressiva, Fernando Henrique Cardoso preside mais quatro anos o país, afirmando ainda mais o “bloco histórico neoliberal”.

O dismantelamento do país e de qualquer política social permanece, gerando força à oposição, que passa a ser vista com mais frequência e mais organizada.

Começa então o que poderia ser uma contra-hegemonia. O sindicalismo combativo e reivindicativo evolui, principalmente frente ao fato de que visando a preservação do capital privado, destruía-se cada vez mais a propriedade social do trabalho. Mesmo detendo a seu favor aparelhos hegemônicos de dominação, como a imprensa – não olvidando que opinião pública é aquela que se publica – o presidente reeleito não conseguiu conter a organização e a força de movimentos sociais e sindicais, como a CUT (Central Única dos Trabalhadores).

Movimento extremamente representativo, e que, acabou por aglutinar e formar muitos intelectuais orgânicos da transformação, o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) consagrou-se por ser o movimento social e político mais importante do país.

Neste âmbito, vemos a construção de uma contra-hegemonia, tendo em vista que a esquerda, com seus partidos políticos e sindicatos, toma proporção cada vez maior, fazendo oposição ao governo então vigente e ampliando o número de adeptos.

Será então que a classe trabalhadora, em não reconhecer a política aplicada como de sua vontade, obterá o consenso e a organização efetivando uma contra-hegemonia? Lembrando que as alianças realizadas para a construção de uma contra-hegemonia,

devem ser fortes e objetivarem a mesma causa: a verdadeira quebra do bloco histórico.

Em sua quarta candidatura, Luiz Inácio Lula da Silva, é eleito em 2º turno quando disputou a presidência com José Serra, sendo empossado Presidente da República Federativa do Brasil em 2003.

Assim, surge a grande esperança e a possível vitória da contra-hegemonia, tendo em vista que o Partido dos Trabalhadores constituía o principal representante da ‘esquerda’ nacional.

A questão central, quando se fala da vitória do PT (Partido dos Trabalhadores) nas eleições presidenciais – essa sim extremamente expressiva, causando grande comoção e manifestações populares de comemoração -, é saber se essa vitória representa mesmo a conquista da contra-hegemonia e conseqüente quebra do bloco histórico que se formou desde o governo Collor.

Luiz Inácio Lula da Silva, o Lula, teve apoio das esquerdas brasileiras e fez algumas alianças políticas que desagradaram parte da esquerda. Após a fase Collor e a devastação realizada pelo governo de Fernando Henrique Cardoso, que perdurou oito anos, o quadro político nacional estava bastante propenso à vitória de Lula. Não apenas pelo apoio das esquerdas, mas também devido ao apoio de antigos oponentes políticos que se aliaram ao Partido dos Trabalhadores para fortalecer sua campanha e conquistar a Presidência da República.

Uniu-se a tais fatos a esperança das classes dominadas, depositada na esquerda como meio de mudança, vislumbrando um

governo social, defensor dos “não dominantes”, ou seja, a esperança de uma verdadeira humanização das políticas governamentais.

Neste contexto, pode-se elucidar uma suposta formação de contra-hegemonia, ou melhor, um suposto consenso e não um real consenso, na medida que as alianças feitas pelo PT e que tanto desagradaram grande parte da esquerda - desde movimentos sociais e sindicatos, até parte da militância do próprio partido.

Embora estas alianças não tenham compactuado com as idéias sempre firmadas pelo partido – e até mesmo tidas como meramente eleitoreiras -, não se pode negar que tais alianças foram uma estratégia política visando não apenas a vitória nas eleições; tais alianças serviram também como forma de somar forças e amenizar os embates políticos, evitando maiores entraves que atrapalhariam a atuação do Partido dos Trabalhadores em eventual futuro governo.

Lula, em entrevista concedida em Novembro de 2000⁵⁵, já demonstrava o interesse em fazer alianças, quando afirmou:

“...Tenho na cabeça que é muito difícil um partido chegar sozinho ao poder em um país heterogêneo, seja do ponto de vista cultural, seja do econômico. O PT vai ter que pensar esses próximos doze meses com quem é possível construir uma aliança política...”.

⁵⁵ LULA DA SILVA, Luiz Inácio, *In*:Entrevista publicada na Revista Caros Amigos, *in* As Grandes Entrevistas de Caros Amigos, nº5, p.18.

Alianças feitas e vitória nas urnas, o próximo passo (esperado e crente por todos) é a busca pela real representatividade e efetividade dos anseios populares.

Em sua candidatura, Luis Inácio Lula da Silva discursou a defesa da área social, do combate ao desemprego, da restauração dos direitos trabalhistas, da valorização do capital interno.

Grosso modo, não se pode afirmar que o governo Lula manteve a política externa praticada no governo FHC. Conforme prometido, Lula cumpriu com os contratos firmados por Fernando Henrique Cardoso, mas não manteve a mesma postura de seu antecessor tendo em vista a não renovação de tais negociações. Outrossim, o governo Lula realizou a aproximação do Brasil aos demais países da América Latina.

Caracterizou-se também por ter sido um governo bastante conturbado devido a inúmeras denúncias de irregularidade e corrupção. O primeiro mandato de Lula não teve a ação social esperada e prometida.

Ao se tratar do âmbito social, pode-se afirmar que o governo Lula – ainda que não tenha o alcance prometido – foi bem mais expressivo que os anteriores, buscando uma maior distribuição de renda e o auxílio às camadas mais pobres da população. Assim, o continuísmo tem seus limites no que tange a política social, tendo em vista que o programa Fome Zero acabou por ser bastante representativo, o que ficou claro com a expressiva votação que recebeu em sua candidatura à reeleição.

Ressalta-se também que a taxa de desemprego diminui e a política de aumento do salário mínimo tem desagradado alguns setores da economia que acabam mais onerados.

Desta forma, ainda que o governo Lula não tenha se mostrado fielmente um governo de esquerda, conforme era o esperado pelos populares; não se pode afirmar que tal governo tenha sido um mero continuísmo dos governos anteriores, baseados no ideário neoliberal. Entre as promessas de Lula, estavam as melhores condições sociais e a reforma dos direitos trabalhistas. Esta reforma previa a flexibilização das leis trabalhistas, ou seja, haveria uma diminuição na proteção aos direitos do trabalhador, o que seria totalmente contradizente ao discurso que sempre o identificou e fez com que chegasse ao cargo de Presidente da República.

Portanto, o governo Lula não realizou bruscas alterações nos direitos trabalhistas, mas influenciou a estrutura laboral nacional, tendo em vista que idealizou a queda da taxa de desemprego e a melhora das condições sociais.

Lula segue para o segundo mandato, após derrotar Geral Alckmin candidato à Presidência pelo PSDB, com 60,8% dos votos válidos, o que representa 58.295.042 votos válidos. Esta será nova oportunidade para que o representante da esquerda nacional obtenha êxito em suas promessas sociais e econômicas, levando o Brasil ao desenvolvimento sustentável, ao processo de erradicação da pobreza e conseqüente melhor distribuição de renda e de oportunidades sociais e econômicas.

Assim, a vitória das esquerdas brasileiras não representou com a força prometida, o discurso oposicionista e esquerdista característico. Em determinados setores, parece sequer pretender uma ruptura com a política que vinha sendo aplicada no país, pois afora a interrupção do processo de privatização, a política econômica permanece sendo ditada pelos órgãos internacionais, como as metas impostas pelo FMI.

Neste ponto, Luis Inácio Lula da Silva agiu de forma oposta ao firmado durante sua carreira política, como se verifica em suas palavras anteriormente à vitória nas eleições de 2002:

”Se eu ganhasse a presidência para fazer o mesmo que o FHC está fazendo, preferiria que Deus me tirasse a vida antes. Para não passar vergonha. Porque sabe o que acontece? Tem muita gente que tem o direito de mentir, o direito de enganar, eu não tenho⁵⁶.”

Após tantos problemas enfrentados em seu primeiro governo, Lula mostra que afirmou algo que não esperava não poder cumprir. Com sua reeleição, o Presidente mencionou na festa da posse “Nós não temos o direito moral, ético e político de cometer erros daqui pra frente.⁵⁷” Como que mandando recado ao seu governo e sobretudo ao Partido dos Trabalhadores.

⁵⁶ LULA DA SILVA, Luis Inácio. Idem, p.18.

⁵⁷ LULA DA SILVA, Luis Inácio. Revista Isto é, Ed. Três, 08 de Novembro de 2006, nº 1933, p.44.

Também deixa claro que pretende, limitadamente, atender os anseios populares: “Reivindiquem tudo o que tiver que reivindicar. Nós daremos tudo o que a responsabilidade permitir.”⁵⁸

Verifica-se que embora Lula não mais apresente o radicalismo que sempre foi sua marca, a veia esquerdista permanece em sua forma de governar, pois possibilitou algumas mudanças na política de característica neoliberal iniciada por Collor e firmada pelos governos de Fernando Henrique Cardoso.

Portanto, o processo de (re)democratização do Brasil trouxe aos brasileiros o poder de eleger por meio do voto direto seus representantes. Sem dúvida, como ficou evidente na campanha pelas “Diretas Já”, esta conquista foi galgada pela sociedade que vinha de um governo extremamente repressivo, que foi a ditadura militar. Mas esse período não significou apenas a volta da democracia e o direito ao voto direto, mas acabou por iniciar uma nova fase na política nacional.

A implementação dos ideários neoliberais, iniciada de forma desordenada pelo primeiro Presidente eleito por meio de eleições diretas, o Fernando Collor de Mello, denotou o início de um verdadeiro Bloco Histórico, como teorizou Gramsci.

Antônio Gramsci se mostra ainda bastante atual, tendo em vista que suas categorias teóricas podem ser transportadas à nossa realidade, inclusive como meio de entender e explicar os rumos políticos e sociais do Estado. A questão da construção do bloco histórico, da hegemonia e da formação da contra-hegemonia,

⁵⁸ *ibid.* *idem*, p. 45.

outrossim, a importância dos intelectuais como peças determinantes nesses processos, pode ser aplicada na realidade atual da política brasileira, como se pretendeu demonstrar.

A partir das teorizações de Gramsci evidenciamos a presença de um “bloco histórico neoliberal”, ou seja, vemos que o Brasil permanece com as amarras políticas, sociais e econômicas que de forma ou outra, sempre estiveram presentes.

A sociedade brasileira acreditou na mudança com a eleição de Lula, sendo que a reeleição mostrou que as esperanças ainda existem e que algumas mudanças foram concretizadas.

A contra-hegemonia, vislumbrando a quebra do bloco histórico ainda manifesto, parecia ter tomado força o suficiente e até mesmo obtido o consenso. Ocorre que, desde que iniciou o governo Lula, restou notória a ausência de um real consenso, viu-se que a quebra do bloco histórico estava muito aquém de acontecer e que seu governo representaria em certa parte o oposto do esperado, a contrariando o discurso político pregado e exaltado por Lula (e pelo PT), em toda sua trajetória, que o identificou como o “defensor do povo”. E aqui, mais uma vez Gramsci demonstra seu caráter atemporal quando afirma que hegemonia compreende as tentativas bem sucedidas da classe dominante em usar sua liderança política, moral e intelectual para impor sua visão de mundo como inteiramente abrangente e universal.

Assim, o que seria uma vitória das esquerdas brasileiras, a vitória da contra-hegemonia, acabou por denotar a ausência de força, e de consenso para a quebra da atual hegemonia, onde a classe

dominante (que agora ultrapassa as fronteiras nacionais) permanece a ditar as regras, a liderar.

Obviamente que ainda não se pode falar em êxito da contra-hegemonia. Mas, pode-se falar em fortalecimento da contra-hegemonia. A derrocada da hegemonia da classe dominante poderá ser analisada de forma fidedigna somente após o termino dos próximos quatro anos do governo presidido por Lula, pois o seu primeiro mandato pendeu para a manutenção do bloco histórico neoliberal, mas não o afirmou como os anteriores. A vitória bastante expressiva nas urnas demonstra que a população ainda acredita na mudança de paradigma e então na vitória contra-hegemônica.

Perante tais fatos atuais da política brasileira, pretende-se mostrar a interferência e os reflexos da atuação das políticas neoliberais, as quais geram precarização das condições de trabalho, maior desigualdade social, ausência de políticas assistenciais, bem como o retrocesso na protetividade e na regulamentação do direito do trabalho.

Com a aprovação do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), o qual baseia-se na desoneração de tributos, na pesada contenção dos gastos do governo e no aumento dos investimentos públicos, voltou-se em voga a necessidade das Reformas Trabalhista e Previdenciária. Isto porque os que defendem a execução de tais reformas, afirmam que as medidas do PAC não são suficientes e só obterão o devido êxito com as referidas reformas.

Ocorre, que os defensores desta postura, caracterizam-se pela defesa da aplicação dos moldes neoliberais, ou seja, os setores de direita do cenário político nacional.

Entende-se que o representante dessa linha política, que governou o país por oito anos seguidos, qual seja, Fernando Henrique Cardoso, não realizou tais reformas durante toda a vigência de seus mandatos presidenciais. Neste sentido, com a derrota nas últimas eleições presidenciais, os partidários da direita brasileira pretendem impor à Lula a adoção de medidas neoliberais, o que se espera não ocorrer sobretudo frente aos princípios e à posição política sempre defendida pelo atual Presidente da República.

Desta forma, a aplicação do ideário neoliberal representa perda dos direitos tão arduamente conquistados pela classe trabalhadora, aumentando o grau de hipossuficiência e dependência do trabalhador perante seu empregador.

A flexibilização dos direitos traz inúmeros prejuízos aos empregados. Então, a quebra do bloco histórico - feito esperado e ainda não concretizado pelo governo de esquerda eleito - representa a retomada das reivindicações sociais, a maior atenção às condições de trabalho na busca da pacificação social via garantia de direitos e proteção jurídica que vêm sendo cada vez mais restritos.

À exemplo da discussão acerca do direito do trabalho e seu descompasso com a realidade das relações de trabalho na atualidade, a Emenda Constitucional 45/2004 incluiu a prática do direito trabalho, visando uma adaptação deste com a realidade. Ocorre que o que se viu foi uma tentativa frustrada. Vista como Reforma do Judiciário – que a

reforma trabalhista não ocorreu -, a EC nº 45/2004, apesar de tratar da competência da Justiça do Trabalho, representou uma inovação e um prestígio à mesma; outrossim, demonstrou um passo à frente na tutela estatal ao trabalhador, que agora conta com a justiça especializada para solucionar casos antes julgados pela Justiça Comum que não tem o devido conhecimento das necessidades e do dia-a-dia da relação de trabalho.

A importância da menção desta mudança está na demonstração de que o governo Lula, ainda que não tenha se mostrado o governo de esquerda esperado, tem apresentado em certos aspectos, postura contrária às práticas neoliberais de desnormatização, ausência de preocupação e protetividade sociais. Assim firma-se a possibilidade de eventual quebra do bloco hegemônico neoliberal, a qual dependerá do resultado dos próximos quatro anos de governo do Luis Inácio Lula da Silva, tendo em vista que em seu primeiro mandato esta ruptura não foi realizada.

Ainda nesse campo, no próximo capítulo será feita a exposição pontual da EC nº 45/2004, suas conseqüências no direito do trabalho onde ficará evidente a importância da aplicação da mesma na solução de conflitos. Bem assim, será levantada a questão da súmula vinculante e de seus reflexos na prática jurídica sob diversos pontos de vista. Isto porque elucida a atualidade e os rumos do direito trabalhista pátrio, reportando-se sempre à questão central da protetividade ao hipossuficiente da relação empregatícia.

Frente ao exposto, este capítulo pretende contemporizar o debate, demonstrando as condições políticas atuais no Brasil.

Outrossim, busca reafirmar que a rigidez e a proteção, tidas como características centrais e natas do direito do trabalho, são verdadeiros mitos.

CAPÍTULO V

A EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 45/2004 E A PROTETIVIDADE NO DIREITO DO TRABALHO

A Emenda Constitucional 45/2004, que tramitou durante treze anos no Congresso Nacional, não proporcionou as mudanças necessárias para a atualização do direito do trabalho, mas tratou do mesmo, alterando o art.114 da Constituição Federal de forma a ampliar a competência da Justiça do Trabalho. Dentre as modificações sofridas, a EC nº 45/2004 incluiu o inciso VI, determinando que as ações de indenização por dano moral ou patrimonial decorrentes da relação de trabalho são de competência da Justiça do Trabalho.

A partir disso surgiram vários posicionamentos acerca do tema. Há os que defendem a atitude do legislador em definir a competência em questão, mas contrariamente, há os que entendem que a competência para julgar e processar ações atinentes a dano moral e patrimonial cabe à Justiça Comum. Desta forma, os defensores dessa segunda tese, pleiteiam a promulgação da primeira súmula vinculante, no sentido de definir a referida competência para a Justiça Comum.

Neste grupo, encontra-se o Ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Cezar Peluso, que conforme noticiado em 23/03/2005, irá propor aos seus colegas a edição de súmula vinculante que altere a

competência disposta na nova redação do art. 114 da Constituição Federal em seu inciso VI.

Ocorre, que a questão é munida de grande complexidade prática e doutrinária, pois a mencionada corte (STF) nunca, em toda a sua história, promulgou uma súmula vinculante, observando que o tema não está pacificado, ainda sendo questão controversa na doutrina.

Dentro desta discussão, deve-se levar em conta não apenas a questão processual, mas também todas as consequências materiais e principiológicas que serão geradas. Deve-se atentar às particularidades do Direito do Trabalho, pois o que se tem visto é o constante e crescente prejuízo causado ao trabalhador devido a diminuta proteção jurídica e atenção às questões sociais que devem ser pilares deste ramo do direito.

O contrato de trabalho não é constituído de uma relação igualitária, deve ser regulado de forma a proporcionar uma proteção jurídica ao trabalhador, tutelando os direitos do trabalhador que se encontra numa situação econômico-financeira e inclusive social inferior ao empregador.

Após tais reflexões poderemos então partir para a análise da possibilidade em se promulgar súmula vinculante para regulamentar a competência, destinando à Justiça Comum, analisando se esta seria realmente a saída mais apropriada para a questão ora discutida, verificando até que ponto a Justiça Comum seria eficiente para solucionar as ações de dano moral geradas de uma relação empregatícia.

Ressalta-se a preocupação em ultrapassar a mera questão processual, fazendo com que esta não se perca dos princípios que guiam o Direito do Trabalho e que embora as ações de dano moral tenham por base a questão econômica, outrossim, sejam regidas por ramo mais genérico do direito, ao tratar de dano proveniente da relação laboral, necessária a manutenção da proteção jurídica, evitando uma ainda maior precarização da referida relação.

Com a promulgação da Emenda Constitucional nº 45 de 08/12/2004, conhecida como reforma do judiciário, o art. 114 da Constituição Federal sofreu alteração, trazendo modificações⁵⁹ nos parágrafos 2º e 3º, sendo necessária uma nova leitura do referido artigo, a saber:

Art. 114. Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar:

I - as ações oriundas da relação de trabalho, abrangidos os entes de direito público externo e da administração pública direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

II - as ações que envolvam exercício do direito de greve;

⁵⁹ Redação antiga dos parágrafos 2º e 3º do art. 114 da Constituição Federal: § 2º - Recusando-se qualquer das partes à negociação ou à arbitragem, é facultado aos respectivos sindicatos ajuizar dissídio coletivo, podendo a Justiça do Trabalho estabelecer normas e condições, respeitadas as disposições convencionais e legais mínimas de proteção ao trabalho.

§ 3º Compete ainda à Justiça do Trabalho executar, de ofício, as contribuições sociais previstas no art. 195, I, a, e II, e seus acréscimos legais, decorrentes das sentenças que proferir.

III - as ações sobre representação sindical, entre sindicatos, entre sindicatos e trabalhadores, e entre sindicatos e empregadores;

IV - os mandados de segurança, *habeas corpus* e *habeas data*, quando o ato questionado envolver matéria sujeita à sua jurisdição;

V - os conflitos de competência entre órgãos com jurisdição trabalhista, ressalvado o disposto no art. 102, I, o;

VI - as ações de indenização por dano moral ou patrimonial decorrentes da relação de trabalho;

VII - as ações relativas às penalidades administrativas impostas aos empregadores pelos órgãos de fiscalização das relações de trabalho

VIII - a execução, de ofício, das contribuições sociais previstas no art. 195, I, a, e II, e seus acréscimos legais, decorrentes das sentenças que proferir;

IX - outras controvérsias decorrentes da relação de trabalho, na forma da lei.

§ 1º - Frustrada a negociação coletiva, as partes poderão eleger árbitros.

§ 2º Recusando-se qualquer das partes à negociação coletiva ou à arbitragem, é facultado às mesmas, de comum acordo, ajuizar dissídio coletivo de natureza econômica, podendo a Justiça do Trabalho decidir o conflito, respeitadas as disposições mínimas legais de proteção ao trabalho, bem como as convencionadas anteriormente.

§ 3º Em caso de greve em atividade essencial, com possibilidade de lesão do interesse público, o Ministério Público do Trabalho poderá ajuizar dissídio coletivo, competindo à Justiça do Trabalho decidir o conflito.

Evidente o sensível aumento na competência material da Justiça do Trabalho, sendo essa justiça mais célere e moderna, ainda que dotada de muitos problemas, várias questões que anteriormente não eram alvo da Justiça do Trabalho serão agora por ela analisada.

Assim, o constituinte derivado-reformador prestigiou a Justiça do Trabalho, e justamente por isso é que tal órgão judicante deve responder de forma condizente com suas diretrizes, ou seja, demonstrar como preocupação pontual a manutenção dos direitos trabalhistas, atentando-se sempre aos princípios que o rege. Isto porque com a ampliação da competência, a Justiça do Trabalho fica ainda mais responsável para dirimir conflitos emanados da relação de emprego, e diante da tendência flexibilizadora, isto poderia representar uma maior perda à classe operária.

Portanto, a nova redação do art.114 da Constituição Federal deve demonstrar crescente credibilidade na Justiça do Trabalho, na sua estrutura, celeridade, simplicidade e acima de tudo na manutenção e aplicabilidade de seus princípios específicos.

A Emenda Constitucional nº 45 trouxe outras alterações para o ordenamento jurídico brasileiro, o que a fez ser reconhecida como Reforma do Judiciário. Assim, as opiniões acerca da eficiência de tal

Emenda Constitucional são divergentes, embora se reconheça que o sistema judiciário estava (e ainda está) sedento de inovações. Para uns, tal reforma vai resolver, de pronto, as mazelas do Poder Judiciário, enquanto que, para outros, é indispensável uma outra reforma: a das leis processuais, tendo em vista que as mesmas servem de subsídio e sustentação para a efetivação do direito material. Neste sentido já consta no art.7º da referida Emenda determinação que afirma que o Congresso Nacional instalará, imediatamente após a promulgação da Emenda nº 45/2004 uma comissão especial mista, destinada a elaborar, em cento e oitenta dias, os projetos de lei necessários à regulamentação da matéria nela tratada, bem como promover alterações na legislação federal objetivando tornar mais amplo o acesso à Justiça e mais célere a prestação jurisdicional.

Ressalta-se que, há vários projetos de lei no Congresso Nacional, de todos os tipos e matérias, sendo que muitos deles são de autoria dos mais conceituados juristas do País. Deve despender mais esforços para a realização da reforma processual, tendo em vista a sua importância e necessidade. Não basta só elaborar projetos, além disso, é preciso transformá-los em lei. Isto porque sem elas, o Poder Judiciário fica “desaparelhado” para acompanhar a realidade social, pois os magistrados não elaboram a lei, podem apenas trabalha-las objetivando o alcance da justiça.

A Emenda Constitucional nº 45/2004 realizou alterações importantes no ordenamento jurídico como um todo, embora tratemos aqui, mais especificamente acerca da ampliação da competência trabalhista.

Com a promulgação da Emenda Constitucional nº 45/2004 e a já mencionada ampliação da competência da Justiça do Trabalho, levantou-se questionamento sobre a atitude do legislador-reformador em conceder à tal órgão judicante a responsabilidade por processar e julgar as ações de dano moral e patrimonial decorrentes da relação de trabalho (inciso VI do art. 114 da CF/88). Aqueles que entendem que estas ações devem tramitar na Justiça Comum, propõem a edição de súmula vinculante que transforme em determinação oficial tal entendimento; dentre os que assim se posicionam encontra-se o Ministro do Supremo Tribunal Federal Cezar Peluso.

Mas antes de entrar no mérito da questão – se é competência da Justiça Comum ou da Justiça do Trabalho – tem-se que discutir sobre questão ainda não pacífica, que é a constitucionalidade da súmula vinculante, outrossim, das suas conseqüências.

Conforme Sérgio Sérulo da Cunha, "...as súmulas são enunciados que, sintetizando as decisões assentadas pelo respectivo tribunal em relação a determinados temas específicos de sua jurisprudência, servem de orientação a toda a comunidade jurídica⁶⁰".

As decisões definitivas de mérito, proferidas pelo Supremo Tribunal Federal, após sumuladas, produzirão eficácia contra todos e efeito vinculante, relativamente aos demais órgãos do Poder Judiciário e ao Poder Executivo. Desta forma, uma decisão se tornaria “pacífica e una” em todos os órgãos judicantes, submetendo-os ao teor das decisões proferidas. Evidente as conseqüências que tais sumulas

⁶⁰ CUNHA, Sérgio Sérulo da. O efeito vinculante e os poderes do juiz. p.124.

causariam ao sistema judiciário nacional, pois, o alcance de seus efeitos ocorreria como uma verdadeira bola de neve.

Diante disso podem-se apontar alguns argumentos e resultados causados pela edição de súmula vinculante.

Há argumentos pró e contra a sumula vinculante, dentre as opiniões favoráveis, a principal razão adotada é a alegação de que tal medida seria capaz, entre outras coisas, de acelerar o julgamento das ações judiciais, contribuindo para a diminuição dos recursos. Na contra-mão dessa alegação, existe a grande preocupação por parte dos juristas de que a adoção de tal efeito vinculante provoque o a engessamento do judiciário, calando e desprestigiando as decisões de primeiro grau que nada mais valeriam, já que se quedariam submissos aos órgãos superiores, impedindo a renovação jurisprudencial brasileira.

O direito brasileiro adota o sistema do livre convencimento fundamentado do juiz não estando obrigado a seguir o entendimento das súmulas editadas pelos tribunais, as quais servem como orientação para os juizes, que podem, ou não, acolher tais entendimentos em seus julgados de inferior instância, logo, o juiz decide conforme sua convicção, tendo o dever apenas de fundamentar a mesma.

Ressalta-se que o juiz de primeira instancia é o que tem mais contato com o processo, é o que realmente acompanha a evolução probatória do processo, sendo a figura jurisdicional que tem contato direto com as partes, assim, pode verificar as particularidades do caso. Logo, é ilógico que seu entendimento seja emudecido, destituindo-se a importância da decisão proferida.

Neste liame é que se inicia a discussão acerca da constitucionalidade e efeitos das súmulas de efeito vinculante, tendo em vista que estas são as mesmas súmulas editadas pelos tribunais, porém com um efeito chamado "vinculante". Tal efeito as torna obrigatórias aos juizes de instâncias inferiores ao tribunal que as proferiu, assim, vinculariam a decisão dos juizes de instâncias inferiores ao entendimento dos tribunais superiores, obrigando-os a seguirem o entendimento daqueles, uma vez que estas passariam a ter força de lei. Neste sentido, o Ministro Sepúlveda Pertence, afirma que, o problema do efeito vinculante não pode ser tratado como uma guerra de vaidades de juízes de uma instância contra juízes de outra; uma disputa de orgulho intelectual, mas como um problema de Justiça como serviço público e como problema de isonomia⁶¹.

Há aqueles que entendem viável e benéfica a edição de súmula vinculante, sendo a principal justificativa de tal entendimento a redução do acúmulo de processos nas instâncias superiores do Poder Judiciário, aliada a uma maior celeridade na solução dos litígios em geral.

São inegáveis as características negativas do efeito vinculante, pois, como já mencionado, acabariam por calar os juízes, que não passariam de meros aplicadores da "lei", impossibilitando o embate de decisões diversas, bem como a discordância com as decisões proferidas pelas instâncias superiores, atravancando a evolução do Direito, pois através de um voto divergente, possibilite-se a caminhada à descoberta de um novo entendimento, de uma concepção

⁶¹ Entrevista - "A reforma do Judiciário segundo FHC" da Revista Consulex nº 21 de 30/9/1998.

nova, que acaba, no final, mudando toda a jurisprudência, podendo tomar proporções enormes, mudando a legislação e até mesmo a Constituição do país.

O efeito vinculante não se amolda à um sistema jurídico que vise garantir o devido processo legal, como ocorre no Brasil (CF/88, art. 5º, incisos LIII, LIV, LV, LVI, além de outros), pois os efeitos da decisão que gerou a súmula de efeito vinculante, são circunscritos àqueles que puderam expor suas razões em juízo, fazer provas, debater o Direito e os fatos e recorrer das decisões contrárias, logo é, acima de tudo, inconstitucional que se proferia decisão judicial cuja execução alcance quem não foi litigante, quem não teve a oportunidade de se defender, fazer prova, expor suas razões, discutir o fato e o Direito.

A força obrigatória das decisões judiciais, o alcance executório da coisa julgada, restringe-se, portanto, aos que foram parte no respectivo processo. Ressalta-se que aos litigantes são assegurados o contraditório e a ampla defesa, assim como os meios e recursos a ela inerentes - art. 5º, inciso LV da Carta Política. Ainda, segundo a Constituição Federal, a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça de lesão a direito -art. 5º, inciso XXXV.

Portanto, a edição de súmula vinculante afronta princípios que regem o direito pátrio como os princípios do livre convencimento do juiz e do duplo grau de jurisdição. Logo, além das conseqüências prejudiciais que a desatenção a tais princípios podem gerar, deve-se atentar à sua inconstitucionalidade. Assim, é necessário que haja um

sopesamento entre os benefícios e malefícios causados pelo ingresso da súmula de efeito vinculante no sistema jurídico brasileiro.

A questão da competência para processar e julgar ações de dano moral proveniente da relação de trabalho, se da Justiça Comum ou Trabalhista, é campo de vasta controvérsia. Como já mencionado, há argumentos defendidos por ambas as posições, sendo estes de natureza principiológica, de natureza sistemática, ou ainda, de hermenêutica jurídica. Dividem-se os autores entre os que adotam a posição da competência da Justiça do trabalho, sobretudo após promulgação da EC 45/2004, pugnam pela competência irrestrita da Justiça Trabalhista para conhecer do dano moral, sempre que relacionado ao vínculo empregatício; e aqueles que não reconhecem tal possibilidade, que entendem que ações de dano moral, ainda que geradas por relação empregatícia, devem ser dirimidas pela Justiça Comum.

Boa parte da celeuma gira em torno da exegese do art. 114 da Constituição Federal de 1988, principalmente após a EC nº 45, que definiu a competência da Justiça Trabalhista para as ações de dano moral. A controvérsia torna-se ainda mais acirrada quando se fala em ações de dano moral decorrente de acidente de trabalho.

Aqueles que defendem a competência da Justiça Comum embasam seu entendimento na afirmação de que em tais casos pode haver duas ações diversas, mas que versam sobre o mesmo tema – acidente de trabalho – tramitando uma em cada órgão judicante; como profere o Ministro do Supremo Tribunal Federal Cezar Peluso, a saber: “quando acontece um acidente de trabalho, pode haver uma

ação por conta do acidente, e uma de indenização por dano moral decorrente desse acidente. Não convém que duas Justiças julguem processos originados de um único fato⁶²”, outrossim, afirma que as demais ações de dano moral devem continuar de competência da Justiça do Trabalho, excetuando-se os processos decorrentes de acidentes.

Retornando às divergências, há o entendimento de que o dano moral, assim como a responsabilidade civil, são matérias indiscutivelmente de Direito Civil, o que leva a concluir que a condenação em danos morais provém de um ilícito civil, justificando a Justiça Comum ser a competente para julgar e processar tais ações.

Ocorre, que a nova redação do art. 114 da Constituição Federal, cuida da discussão sobre dano, restringindo-se à relação de emprego. O novo texto do art. 114 da CF/88 trata de dano material e de dano moral oriundos da relação de emprego. Conclui-se então, que não há que se falar em incompetência da Justiça do Trabalho em tal caso, tendo em vista que, a competência expansiva ou residual é a da Justiça Comum, mas diversamente do que se alega, este não é o caso.

Em contra-posição a esse entendimento, parte da doutrina entende que a ação de dano moral advinda de relação empregatícia compete à Justiça do Trabalho, antes mesmo da expansão da competência de tal Justiça pela EC nº 45/2004. Isto porque compreendiam que o permissivo estava expresso em "e, na forma da lei, outras controvérsias decorrentes do contrato de trabalho". Talvez tenham mesmo entendido de forma acertada, pois o legislador-

⁶² PELUSO, Cezar. In: Notícias do STF / website www.stf.gov.br

reformador veio a reiterar tal entendimento no momento em que expressou a competência da Justiça do Trabalho para processar ações de dano moral.

Ocorre que anteriormente à discussão processual, deve-se sopesar o âmbito material da questão. Ora, não é de hoje que se reitera incansavelmente a necessidade de proteção jurídica que o trabalhador necessita na relação de emprego, visto sua hipossuficiência; o que justifica a existência de um ramo da Justiça especializada na questão, para que esta tenha capacidade de solucionar de forma igualitária e justa os conflitos nascidos da relação de trabalho. Ressalta-se que a Justiça do Trabalho é regida por princípios particulares, específicos, bem como, por regras processuais diversas da Justiça Comum, o que o torna mais célere.

Desta forma, a partir do momento em que se cria uma justiça especializada para dirimir conflitos de ordem trabalhista, queda-se evidente que todos os questionamentos daí surgidos devem ser atendidos pela mesma. Assim, retirar – ou não conceder – a competência ora discutida é acima de tudo, um desprestígio a Justiça do Trabalho. Mas, mais relevante que um eventual desprestígio, o reconhecimento da Justiça Comum como competente para processar as ações de dano moral decorrente da relação de trabalho é a negação de princípios e normas que regem a Justiça Trabalhista.

Assim, aquele dano gerado de uma relação trabalhista, a qual é dotada de várias particularidades, será analisado como proveniente de qualquer outra relação, sem a atenção às necessidades e proteção obrigatoriamente prestadas pela Justiça do Trabalho, pois, esta é

dotada de grande fator social, por vezes desconhecido ou minorado pelos operadores de outros ramos do direito.

Logo, a relação de trabalho não pode ser tratada como outra relação jurídica qualquer, deve sim ser dirimida sempre pelo órgão especializado para tanto, pois mesmo este encontra dificuldades em seu percurso, o que torna evidente a constatação de que a Justiça Comum encontrará muitos obstáculos para proporcionar soluções justas e condizentes às minúcias que envolvem a relação empregatícia. Neste sentido verifica-se a impossibilidade de se entregar tais ações à Justiça Comum, sob pena de trazer inúmeros prejuízos à classe operária, principalmente. Outrossim, gerar uma insegurança jurídica, pois a relação de trabalho não estaria por completo sob o respaldo da Justiça do Trabalho.

O entendimento do Ministro Cezar Peluzo de que as ações de dano moral decorrentes de acidente de trabalho devem ser conhecidas pela Justiça Comum, peca no mesmo sentido, pois os acidentes de trabalho são parte do estudo da Justiça do Trabalho, que também traz em seu bojo inúmeras particularidades, sendo estas somente bem conhecidas pelos operadores deste órgão judicante.

Não se pode olvidar que o direito material do trabalho é repleto de categorias específicas, de normas específicas, de regimentos de segurança e prevenção de acidentes de trabalho, de acordos e convenções coletivas de trabalho, que são conhecidas e trabalhadas pelo ramo competente, sendo que todos itens mencionados podem alterar uma eventual condenação em dano moral; então, como se pode admitir que a Justiça Comum, que não tem

intimidade com a matéria, julgue questões que necessariamente devem ser analisadas em suas minúcias e especificidades? Notório os prejuízos que podem ser causados devido à desatenção, não apenas aos princípios, mas também aos demais instrumentos normativos e práticos utilizados pela Justiça do Trabalho.

Ou seja, o dano integra a lide trabalhista, quando surge no contexto da relação trabalhista, quanto esta relação é a causa ou oportunidade para o surgimento da lesão caracterizadora do dano moral, indiferente se imediatamente antes, durante ou após a vigência do contrato individual de trabalho, portanto tais ações devem ser conhecidas pela Justiça do Trabalho, já que esta é a realmente preparada para dirimir conflitos deste âmbito.

Desta forma, ampliação da competência da Justiça do Trabalho não pode significar apenas uma exaltação de vaidade, uma fonte de prestígio dentro da estrutura judiciária nacional, deve sim, representar o reconhecimento da necessidade de proteção jurídica a uma relação historicamente conflituosa, que sempre representou desigualdade econômica, jurídica e cultural.

A atualidade tem caminhado no sentido da desregulamentação do direito do trabalho, buscando uma flexibilização exacerbada, acarretando na minoração da proteção jurídica necessária à parte hipossuficiente da relação – classe operária. Têm-se visto esforços para se manter a essência do Direito do Trabalho, que ainda que ambivalente, traz em seu bojo a função de apaziguar as relações de trabalho, garantindo os direitos do empregado. Nesta linha é que surgem as especificidades do direito trabalhista, a sua função social-

histórica que justificam seus princípios particulares, a aplicabilidade exclusiva dos instrumentos normativos que circundam tal ramo do direito.

Assim, o não atendimento à vontade do legislador-reformador, representa mais um passo à onda desregulamentadora do direito trabalhista, que prevê até a destituição de princípios essenciais atinentes a este direito, pois editar súmula vinculante que repasse a competência sabiamente direcionada à Justiça do Trabalho para a Justiça Comum, sob pena de estar submetendo inúmeras questões de ordem e origem trabalhista a um órgão judicante que não terá o mesmo preparo para dirimir a questão, significa talhar direitos já constituídos e conquistados pela classe trabalhadora.

A Justiça do Trabalho foi criada como ramo do direito especializado nas questões de conflito oriundas da relação empregatícia, logo, é este o ramo realmente preparado para solucionar de forma justa tais questões, devendo se atentar a todos os princípios, leis, normas e demais particularidades da relação de trabalho, pois somente desta forma estará garantida a finalidade da Justiça do Trabalho, a celeridade inerente e necessária neste ramo, a busca pela justiça, a segurança jurídica e a manutenção dos direitos trabalhistas.

Somente assim que se pode garantir a protetividade necessária no direito do trabalho, permitindo uma igualdade material efetiva, como se buscou pela classe operária desde o início do século XX com embates e lutas que foram determinantes para o surgimento do direito trabalhista.

CONCLUSÃO

A pesquisa em torno da criação do direito do trabalho sob o enfoque político e social mostra que o direito do trabalho foi conquistado pela classe operária via reivindicações que manifestavam a necessidade de melhores condições de trabalho.

Com o fim da Primeira Guerra Mundial, o panorama político mundial sofreu alterações, sobretudo com a alta do custo de vida, com o crescimento econômico dos Estados Unidos da América e com o fortalecimento das idéias socialistas. A Revolução Bolchevista que deu destaque ao Partido Comunista, torna o regime socialista mais representativo e marca a consolidação do socialismo.

Conforme analisado, a tendência mundial de instauração do modelo de estado de bem estar social não garantiu o rompimento com o modelo capitalista, devido ao seu caráter ambíguo e mantenedor dos interesses da classe dominante.

A partir de então é que se pode iniciar a análise da quebra do mito existente que afirma o direito do trabalho como ramo do direito protecionista de uma determinada classe social, qual seja a classe operária.

O referido mito atualmente foi retomado pelas elites brasileiras com o condão de defesa da necessidade de realização das Reformas Trabalhista e Previdenciária.

O direito do trabalho; repita-se, foi arduamente conquistado pela união das forças dos trabalhadores.

Obviamente que a “concessão” de tais direitos também foi útil para a classe dominante no sentido que garantiu a pacificação das lutas sociais e a continuidade da força de trabalho, necessária para o desenvolvimento do capital. Atentando-se a isso, é notório que ao ceder direitos à classe trabalhadora, a classe dominante também teve benefícios e assim, a proteção concedida nada mais é que a forma de atender aos anseios populares.

Ressalta-se a necessidade de proteção jurídica na relação empregatícia, tendo em vista que se trata de relação desigual. É nata da relação laboral a hipossuficiência do empregado perante o empregador, pois este é detentor do capital e dos meios de produção, tendo mais força e poder de barganha. Assim, é ineficaz o tratamento desta relação sob mesmas condições, pois a igualdade seria meramente formal, aquém de uma igualdade material.

Logo, a proteção jurídica deve ser inata ao direito do trabalho, o que não significa que o direito do trabalho tenha por característica única o protecionismo.

No Brasil não se deu de forma diversa, o Governo Vargas foi um governo de caráter populista e a protetividade do direito criado consistia na protetividade necessária para a efetividade da legislação trabalhista firmada.

O princípio tutelar que permeia o direito do trabalho é meio garantidor do resguardo estatal fornecido ao trabalhador. Ainda assim, este princípio vem sendo mitigado devido o interesse da classe dominante na busca de maior lucratividade. Como então afirmar que o direito do trabalho é meramente protecionista?

O desmonte da afirmativa falaciosa que constitui o amplamente conhecido mito da protetividade exacerbada do direito do trabalho ganha força com a introdução das práticas neoliberais. A ausência de política social característica do neoliberalismo evidencia ainda mais a real precariedade que se encontra o direito laboral.

O direito do trabalho no Brasil constitui um apanhado de leis que, segundo os que apóiam a prática do modelo neoliberal, não correspondem mais a realidade prática das relações de trabalho. Assim, as idéias neoliberais visam justificar a desregulamentação do direito, a ausência de intervenção estatal e a livre negociação, olvidando que a relação entre trabalhador e empregador é desigual.

Com a introdução do ideário neoliberal no Brasil, ocorrido conjuntamente com o processo de (Re)democratização, a área social restou esquecida e o direito do trabalho conseqüentemente foi sendo visto como entrave ao crescimento econômico. A partir de então, o direito do trabalho que já não atende aos interesses de ambas as partes da relação, passou a ser desconstituído e flexibilizado na medida dos interesses patronais apenas.

A formação do bloco histórico neoliberal no Brasil e a crença na possibilidade de sua ruptura via contra-hegemonia, geram efeitos diretos na relação empregatícia. Após a introdução das práticas neoliberais no Brasil com Fernando Collor de Melo e a afirmação destas com os dois governos de Fernando Henrique Cardoso, o que restou foi uma taxa de desemprego exorbitante e a visível precarização do capital estatal nacional com a privatização de grande parte das empresas estatais, dentre outras conseqüências bastante prejudiciais ao capital estatal nacional.

Ainda é notória a tendência flexibilizadora dos direitos trabalhistas, bastando analisar a possibilidade de sobreposição do negociado sobre o legislado. Mais uma vez, o caráter protetivo do direito do trabalho fica esquecido justificado pela prerrogativa de atualização do direito, tornando-o compatível com a atual realidade.

De que forma estaria adaptando o direito do trabalho à atualidade das relações empregatícias se cada vez mais a disparidade entre as partes se acentua? Sobretudo no Brasil, que ainda sofre o legado deixado por governos visivelmente de direita como os presididos por Fernando Henrique Cardoso, que acirraram as desigualdades sociais e a luta por um emprego. Portanto, enquanto a classe operária perde forças perante a necessidade de inclusão no mercado de trabalho, o que deveria acentuar a protetividade estatal ao lado hipossuficiente da relação, o que se vê é uma flexibilização gerando uma ausência de tutela ao empregado.

Mais uma vez, a protetividade é minorada firmando a tese de que o protecionismo é um mito.

Em contra-partida, a vitória nas eleições presidenciais que levou o representante da esquerda nacional, Luis Inácio Lula da Silva, à Presidência da República, gera esperança de mudanças no rumo da política social do Brasil.

No primeiro governo Lula, a taxa de desemprego diminuiu visivelmente e a atenção à área social foi retomada. A EC nº 45/2004 tornou-se emblemática no direito do trabalho na medida em que prestigia a Justiça do Trabalho e favorece a solução de conflitos gerados nas relações de trabalho de forma a resgatar seus princípios e

necessidades basilares, como a protetividade, que tem sido esquecidos perante os interesses da classe econômica dominante.

Frente tais análises, espera-se haver contribuído para o argumento coletivo de que não é justificável a urgência de realização da Reforma Trabalhista e da Reforma Previdenciária, sobretudo aos moldes neoliberais.

Isto baseado nos argumentos apresentados que visam auxiliar a demonstração de que o direito do trabalho não é dotado de rigidez. Outrossim, pretende ter auxiliado na afirmação do discurso que apresenta a protetividade como mito criado em torno do direito laboral, visando a compreensão da obrigatoriedade e necessidade de tutela à classe operária tendo em vista a desigualdade natural presente na relação desta com a classe patronal.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGGIO, Alberto (org.). **Gramsci: a vitalidade de um pensamento**, São Paulo: Unesp, 1998.

AGULLA, Juan Carlos. **Teoria Sociológica**, Ed. Depalma, Buenos Aires, 1987

ALEMÃO, Ivan. **Direito das Relações de Trabalho**. São Paulo: LTr, 2000.

ANDERSON, Perry. Balanço do Neoliberalismo. SADER, Emir (org.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

ANTUNES, Ricardo. **A Desertificação Neoliberal no Brasil** (Collor, FHC e Lula), São Paulo: Autores Associados, 2004.

ARRAES, Antonio Getúlio Rodrigues. **Danos morais e a Justiça do Trabalho**, LTR Suplemento Trabalhista; Vol 32, n 129, 1996.

ARRUDA JR., Edmundo Lima e FILHO, Borges (org.). **Gramsci: Estado, Direito e Sociedade**, Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1995.

BARACAT, Eduardo Milléo. **A boa-fé no direito individual do trabalho**. São Paulo: LTr, 2003.

BECK, Ulrich. **Um Nuevo Mundo Feliz – La precariedad del trabajo en la era de la globalización**, Trad. Bernardo Moreno Carrillo, Ed. Paidós Ibérica, Barcelona, 2000

BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do Pensamento Marxista**, Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

BUCHHOLZ, Todd G. **Novas Idéias de Economistas Mortos: O moderno pensamento econômico**. São Paulo: Tama, 1989.

CAMPANA, Priscila. **O impacto do neoliberalismo no direito do trabalho: desregulamentação e retrocesso histórico.** Revista de Informação Legislativa. Brasília: Ed. Do Senado, Subsecretaria de Edições Técnicas, Ano 37, nº 147, julho/ set., 2000.

_____. **Direito Trabalhista a Contrapelo: Desconstruindo Discursos e Práticas de Poder.** Dissertação apresentada em pós-graduação, grau de doutorado em Direito das Relações Sociais, perante a Universidade Federal do Paraná e orientada pelo prof. Dr. Wilson Ramos Filho. Curitiba, 2004.

CARDOSO, Adalberto Moreira. **Sindicatos, trabalhadores e a coqueluche neoliberal.** São Paulo: Editora FGV, 1999.

CARDOSO, Fernando Henrique. **A reforma do Judiciário segundo FHC.** in Revista Consulex nº 21 de 30/9/1998.

CARNOY, Martin. **Estado e Teoria Política**, 4º ed., São Paulo: Papyrus, 1994.

CARVALHO JÚNIOR, Adelardo Branco de. Carta à Revista Consulex nº 9 de 30/9/1997.

CASTELO, Jorge Pinheiro. **Do dano moral trabalhista**, Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região; Vol 3, n 1, 1994.

COELHO, Luiz Fernando. **O pensamento crítico no direito.** Sequência: estudos jurídicos e políticos nº30, junho, Florianópolis: Editora Universidade Federal de Santa Catarina, 1995.

COSTA, Orlando Teixeira da. **Da ação trabalhista sobre o dano moral**, Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, n 8, 1996.

COUTINHO, Aldacy Rachid. **A indisponibilidade dos direitos trabalhistas.** Revista da Faculdade de Direito da UFPR, v.32, nº 33. Porto Alegre: Síntese, 2000.

_____. **Poder punitivo trabalhista.** São Paulo: LTr, 1999.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Marxismo e política: a dualidade de poderes e outros ensaios**, São Paulo: Cortez, 1994.

_____ e NOGUEIRA, Marco Aurélio (org.). **Gramsci e a América Latina**, 2º ed., São Paulo: Paz e Terra, 1998.

CUNHA, Sérgio Sérulo da. **O efeito vinculante e os poderes do juiz**. 1ª ed., São Paulo: Saraiva, 1999.

DALLEGRAVE NETO, José Afonso. **Inovações na legislação trabalhista: Aplicação e Análise Crítica**. São Paulo: LTr, 2000.

DELGADO, Maurício Godinho. **Curso de Direito do Trabalho**, 3º ed., São Paulo: LTr, 2004.

DIAS, José de Aguiar. **Danos morais em acidentes do trabalho**, advocacia dinâmica: boletim informativo semanal; Vol 16, n 14, abr; 1996.

DUSSEL, Enrique. **A Ética da Libertação na idade da globalização e da exclusão**, 2º ed. , Ed. Vozes, Petrópolis, 2002.

ENGELS, Friedrich. **A Origem da família, da propriedade privada e do Estado**, cap. IX – Barbárie e Civilização, 12 ed., Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1991.

FIX-ZAMUDIO, Héctor/ CARMONA, Salvador Valencia. **Derecho Constitucional Mexicano y Comparado**. 2ª ed., México, 2001. Na mesma linha, ver: BUEN, Néstor de. **Derecho del Trabajo**, vol.I, México, 1977.

FONSECA, Ricardo Marcelo. **Modernidade e Contrato de Trabalho: do sujeito de direito à sujeição jurídica**. São Paulo: LTr, 2002.

GEBARA, Ademir. **O Mercado de Trabalho Livre no Brasil (1871-1888)**, Ed. Brasiliense S.A., São Paulo, 1986.

GOMES, Luiz Flávio. **Súmula vinculante e independência judicial**. In Revista Consulex nº 8 de 31/8/1997.

GOMES, Manoel Eduardo Alves Camargo e. **Apontamentos sobre alguns impactos do projeto neoliberal no processo de formação de tutelas jurídico-políticas**. In: Direito e Neoliberalismo. Curitiba, Edibej, 1996.

GRAMSCI, Antônio. **Os intelectuais e a organização da cultura**, in SCHELESENER, Anita Helena. Hegemonia e cultura: Gramsci GROSSI, Paolo. **El orden jurídico medieval**. Trad. Francisco Tomas y Valiente e Clara Álvares. Madrid: Marcial Pons, 1996.

GRUPPI, Luciano. **Tudo começou com Maquiavel**, 14º ed., São Paulo: L&PM Editores, 1996.

_____. **O conceito de hegemonia em Gramsci**, 4ºed., São Paulo: Graal, 2000.

LIMA, Abili Lázaro Castro de. **Globalização Econômica, Política e Direito: Análise das mazelas causadas no plano político-jurídico**. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris, 2002.

LIMA, Francisco Marques de. **Princípios de direito do trabalho na lei e na jurisprudência**. São Paulo: LTr, 1994.

LULA DA SILVA, Luiz Inácio. **Entrevista concedida à Revista Caros Amigos, In: As grandes entrevistas de Caros Amigos**, nº5 / outubro 2001: Ed.Casa Amarela.

_____. Revista Isto é, Ed. Três, 08 de Novembro de 2006, nº 1933.

MAGANO, Octávio Bueno. **Manual de Direito do Trabalho- Parte Geral**, São Paulo: LTr, 1988.

_____. **Danos Morais no Direito do Trabalho**, nº10, Set 1996.

MALLET, Estêvão. **Algumas linhas sobre o tema das súmulas vinculantes.** in Revista Consulex nº 11 de 30/11/1997.

MALISKA, Marcos Augusto. **Ao operadores jurídicos enquanto intelectuais orgânicos.** In ARRUDA JR., Edmundo Lima e FILHO, Borges (org.). **Gramsci: Estado, Direito e Sociedade**, Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1995.

MATTOS, Vivianne Rodriguez. **O trabalho na era da globalização: passos para a escravidão.** Jus Naveandi, texto inserido no Jus Naveandi nº 226, set. 2003. Disponível em: <http://www1.jus.com.br/doutrina/texto.asp?id=4845>.

MARTINS, Sérgio Pinto. **Fundamentos de Direito do Trabalho.** São Paulo: Atlas, 2004.

_____. **Dano moral no Direito do Trabalho; Trabalho e Doutrina**, n 10, Set; 1996.

MELO, Marco Aurélio Mendes de Farias. Entrevista. in Revista Consulex nº 10 de 31/10/1997.

NEGRÃO, Theotônio. **Denegação de justiça.** in Revista Consulex nº 3 de 31/3/1997.

PALMA, João Augusto da. **Contrato Provisório e banco de horas.** São Paulo: LTr, 1998.

PELUSO, Cezar. In: Notícias do STF / website www.stf.gov.br - "A reforma do Judiciário segundo FHC" da Revista Consulex nº 21 de 30/9/1998.

PERTENCE, Sepúlveda - Entrevista - "A reforma do Judiciário segundo FHC" da Revista Consulex nº 21 de 30/9/1998.

POULANTZAS, Nicos. **O Estado, o Poder, o Socialismo**, v.19, 4º ed. Ed. Graal, Rio de Janeiro, 2000, p. 74.

REIS FILHO, Daniel Arão. **As Revoluções Russas e o Socialismo Soviético – Revoluções do Século 20**, ed.1º, UNESP, São Paulo, 2004.

RIBEIRO, José Augusto. **A Era Vargas** (1882 a 1950). Rio de Janeiro, Ed. Casa Jorge, Vol.I, II e III.

RIBEIRO, Lelia Guimarães Carvalho. **Tutela da personalidade do trabalhador**, LTR Suplemento Trabalhista; Vol 31, n 62, 1995.

SALEM, José Neto. **Princípios do Direito do Trabalho na Prática**. Campinas: Servanda, 2002.

SALVADOR, Luiz. **CLT: colisão de interesses**. Jus Navegandi, Teresina, a.6, n.59, out.2002. Disponível em: <http://www1.jus.com.br/doutrina/texto.asp?id=3321>.

SANDRONI, Paulo (org.). **Novo Dicionário de Economia**. São Paulo: Best Seller, 1994.

SANTOS, Andréa Marin dos. **A Reforma Trabalhista: garantia ou mitigação de direitos?**. Jus Navegandi, Teresina, a.8, n.189,11 jan.2004. Disponível em: <http://www1.jus.com.br/doutrina/texto.asp?id=4677>.

SANTOS, Eliane Araque dos Santos. Artigo disponível no site do Ministério Público do Trabalho (link - <http://www.pgt.mpt.gov.br/pgtgc>)

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**. Rio de Janeiro: ED. Record, 7º ed., 2001.

SCHELESENER, Anita Helena. **Hegemonia e cultura: Gramsci**, Curitiba:UFPR, 1992.

SOUTO MAIOR, Jorge Luiz. In: “A Fúria”. São Paulo: Revista LTR 66-11/1290.

SUSSEKIND, Arnaldo. **Tutela da personalidade do trabalhador**. Revista LTR Legislação do trabalho; Vol 59, n 5, mai; 1995.

_____. **Direito Constitucional do Trabalho**. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

THEODORO JUNIOR, Humberto. **Responsabilidade civil: danos morais e Patrimoniais; acidente no trabalho.** Revista dos Tribunais; Vol 85, n 731, p 91 a 104; set; 1996.

VIANA, Márcio Túlio. **Onde termina o *ius variandi* e começa o *ius resistentiae*.** In: Direito do Trabalho: estudos. Coordenação: José Affonso Dallegrave Neto. São Paulo: LTr, 1997.